



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA  
CONTADORIA GERAL DO ESTADO

# BALANÇO GERAL DO ESTADO

RELATIVO AO EXERCÍCIO DE  
1965

APRESENTADO A SUA EXCELENCIA O SENHOR  
PROFESSOR ARY BURGER, DIGNÍSSIMO  
SECRETÁRIO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA  
FAZENDA, PELO CONTADOR GERAL DO ESTADO,  
DR. WALDIR COMERLATO

1966

EDITORA MERIDIONAL "EMMA"  
Porto Alegre



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA  
CONTADORIA GERAL DO ESTADO

# BALANÇO GERAL DO ESTADO

RELATIVO AO EXERCÍCIO DE  
**1965**

APRESENTADO A SUA EXCELÊNCIA O SENHOR  
PROFESSOR **ARY BURGER**, DIGNÍSSIMO  
SECRETÁRIO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA  
FAZENDA, PELO CONTADOR GERAL DO ESTADO,  
DR. **WALDIR COMERLATO**

1966

EDITORA MERIDIONAL "EMMA"  
Porto Alegre

INDICE

EXPOSIÇÃO SOBRE O BALANÇO GERAL DO ESTADO

APRESENTAÇÃO .....	11
DESPESAS AUTORIZADAS E RECURSOS FINANCEIROS .....	13
BALANÇO FINANCEIRO .....	21-55
Execução do Orçamento .....	21-47
Análise da Receita .....	24-35
Receitas Correntes .....	24-34
Impostos .....	25
Taxas .....	27
Receita Patrimonial .....	30
Receita Industrial .....	31
Transferências Correntes .....	32
Receitas Diversas .....	33
Receitas de Capital .....	34
Arrecadação por Exatorias .....	35
Análise da Despesa .....	36-42
Confronto da Despesa Fixada com a Realizada .....	39
Evolução da Despesa .....	41
Demonstração da Execução Orçamentária segundo as Categorias Econômicas .....	42
Análise do Resultado Financeiro do Exercício .....	43
Operações Extra-Orçamentárias .....	47-54
Receita Extra-Orçamentária .....	48
Despesa Extra-Orçamentária .....	51
Reflexos da Gestão Financeira sobre o Patrimônio .....	54
BALANÇO PATRIMONIAL .....	57-74
Ativo do Estado .....	59-63
Ativo Financeiro .....	59
Ativo Permanente .....	61
Dívidas do Estado .....	63-74
Dívida Fundada Externa .....	65
Dívida Fundada Interna .....	66
Dívida Flutuante .....	70
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS .....	75
APURAÇÃO DO DESCOBERTO FINANCEIRO EM 31/12/65 .....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	93

VOLUME I

BALANÇO GERAL DO ESTADO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO .....	97
BALANÇO FINANCEIRO .....	98- 99
Modêlo Padrão .....	98
Análise do Modêlo Padrão .....	99
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	100-131
Demonstração da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas .....	100
Receita .....	101-105
Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada .....	101-102
Demonstração da Receita por Estação Arrecadadora .....	103-105
Despesa .....	106-131
Demonstração da Despesa pelas Funções segundo as Categorias Econômicas .....	106-108
Demonstração da Despesa pelas Categorias Econômicas segundo as Funções .....	109-110
Demonstração da Despesa pelas Unidades Orçamentárias segundo as Categorias Econômicas .....	111-114
Demonstração da Despesa pelas Unidades Orçamentárias segundo as Funções .....	115-118
Demonstração da Despesa por Rubricas .....	119-124
Créditos Especiais e Extraordinários segundo os respectivos Recursos Financeiros .....	125-131
BALANÇO PATRIMONIAL .....	132
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS .....	133-134
Modêlo Padrão .....	133
Análise do Modêlo Padrão .....	134
ANÁLISE DO ATIVO .....	135-146
Financeiro .....	135-138
Caixa Geral .....	135
Bancos .....	135-136
Exatores .....	136-138
Remessa de Exatores .....	138
Suprimentos a Exatores .....	138
Realizável .....	139-144
Devedores Diversos .....	139-140
Suprimentos Autorizados .....	140
Prefeituras, c/Contribuições .....	140
Prefeituras, c/Devedoras .....	140-141
Valôres do Estado .....	141
Diversos Responsáveis .....	141-144
Permanente .....	145-146
Prefeituras, c/Empréstimo Externo 1927 .....	145
Prefeituras, c/Empréstimo Interno Conversão da Dívida Externa .....	145
Devedores por Empréstimos .....	145
Valôres Inalienáveis .....	146
Almoxarifados .....	146
ANÁLISE DO PASSIVO .....	147-158
Financeiro .....	147-156
Dívida Flutuante .....	147-150
Depósitos de Consignatários .....	151
Depósitos de Responsáveis .....	151-152
Retenções M/C .....	152-153
Depósitos de Autarquias .....	153
Prefeituras, c/Impôsto de Indústrias e Profissões .....	153-154
Prefeituras, c/Contribuições do Estado .....	154-156
Contribuições para Autarquias .....	156
Permanente .....	157-158
Dívida Fundada Interna .....	157
Dívida Fundada Externa .....	158
ANÁLISE DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO .....	159-162
Exatores c/Selos .....	159-160
Contratos Afiançados .....	161
Caixa de Títulos e Valôres do Estado .....	161
Créditos Especiais Transferidos para 1966 .....	162

VOLUME II

ANÁLISE DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

(COMPARATIVO DA DESPESA FIXADA COM A REALIZADA, POR ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS, CATEGORIAS ECONÔMICAS, ELEMENTOS E RUBRICAS)

DESPESA POR CRÉDITOS ORDINÁRIOS .....	165-296
PODER LEGISLATIVO .....	165-166
Assembléia Legislativa .....	165-166
TRIBUNAL DE CONTAS .....	167-168
Tribunal de Contas .....	167-168
PODER EXECUTIVO .....	169-179
Chefia do Poder Executivo .....	169-170
Planejamento do Setor Público .....	170-171
Plano de Subvenções e Auxílios .....	171
Planejamento, Pesquisa e Assistência Técnica .....	172-173
Proteção aos Desportos .....	173-174
Estudos de Administração Geral e Contrôlo da Legalidade dos Atos relativos ao Serviço Civil	174-175
Caminhos Vicinais, Colonização e Legalização de Terras Devolutas .....	175-177
Julgamento de Questões Fiscais .....	177-178
Serviços de Telecomunicações .....	178-179
SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA .....	181-196
Administração Central .....	181-182
Serviço Social Penitenciário .....	182-183
Registro Público das Atividades Econômicas .....	183-184
Assistência aos Municípios .....	184-185
Fiscalização de Diversões Públicas .....	185-186
Guarda de Documentos .....	186-187
Reclusão de Apenados .....	188-189
Ministério Público .....	189-190
Serviços Gráficos do Estado .....	190-191
Assistência Psiquiátrica Forense .....	192-193
Representação do Estado na Capital Federal .....	193-194
Representação do Estado na Guanabara .....	194-195
Representação do Estado em São Paulo .....	195-196
SECRETARIA DA FAZENDA .....	197-206
Administração Central .....	197
Elaboração Orçamentária e Assessoramento Técnico .....	198
Contabilidade Geral do Estado .....	199
Assistência Jurídico-Fiscal .....	200
Administração da Execução Financeira .....	200-201
Exação e Fiscalização Financeira .....	202-203
Fiscalização do Imposto sobre Vendas e Consignações .....	203-204
Encargos Gerais do Estado .....	204-206
Fundo de Estabilização Financeira .....	206
SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS .....	207-217
Administração Central .....	207-208
Construção de Edifícios Públicos .....	208-209
Construção de Hidráulicas e Rêdes de Esgoto .....	209-210
Serviços Industriais de Saneamento .....	211-212
Obras de Irrigação e Drenagem .....	212-213
Planejamento Urbanístico e Habitacional .....	213-214
Construção e Conservação de Prédios Escolares .....	214-216
Construção e Conservação de Foros e Cadeias .....	216-217
SECRETARIA DA AGRICULTURA .....	219-226
Administração Central .....	219-220
Administração Interna .....	220-221
Fomento e Defesa da Produção Vegetal .....	221-223
Fomento e Defesa da Produção Animal .....	223-225
Pesquisas de Recursos Minerais .....	225-226
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA .....	227-240
Administração Central .....	227-228
Educação Primária .....	228-230
Educação Média .....	230-232
Educação Técnica .....	232-234
Difusão Cultural .....	234-235
Educação Física e Assistência Educacional .....	236-237
Educação Especial .....	237-239
Pesquisas e Orientação Educacionais .....	239-240
Plano de Subvenções e Auxílios .....	240

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA .....	241-254
Administração Superior .....	241-242
Administração Central do Departamento de Polícia Civil .....	242-243
Serviços de Policiamento e de Ordem Política e Social .....	243-244
Serviços de Policiamento no Interior do Estado .....	244-245
Serviços de Trânsito .....	245-246
Serviços Técnicos Especializados .....	246-247
Administração Central da Brigada Militar .....	248-249
Serviços de Produção e Manutenção .....	249-250
Serviços de Policiamento e de Guarda .....	250-251
Serviços de Prevenção e Extinção de Incêndios .....	251-252
Serviços de Saúde e Veterinária .....	253-254
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO .....	255-258
Administração Central .....	255-256
Inspeções Médicas .....	256-257
Administração do Material .....	257-258
SECRETARIA DA SAÚDE .....	259-269
Administração Central .....	259-260
Serviços de Laboratório .....	260-261
Serviços de Saúde Pública .....	262-263
Serviços de Saúde Mental .....	263-265
Serviços de Saúde Materno-Infantil .....	265-266
Serviços de Controle Ambiental .....	266-268
Serviços Regionais de Saúde .....	268-269
Plano de Subvenções e Auxílios .....	269
SECRETARIA DA ECONOMIA .....	271-275
Administração Central .....	271-272
Assistência ao Cooperativismo .....	272-273
Serviços de Estatística .....	273-274
Fomento ao Turismo .....	274-275
SECRETARIA DOS TRANSPORTES .....	277-279
Administração Central .....	277
Construção, Manutenção e Melhoramento de Aeroportos .....	278-279
SECRETARIA DO TRABALHO E HABITAÇÃO .....	281-288
Administração Central .....	281-282
Assistência ao Trabalho .....	282-283
Plano Habitacional .....	283-284
Desenvolvimento Comunitário .....	285-286
Assistência ao Menor .....	286-287
Plano de Subvenções e Auxílios .....	288
SECRETARIA DE ENERGIA E COMUNICAÇÕES .....	289
Administração Central .....	289
PODER JUDICIÁRIO .....	291-296
Tribunal de Justiça .....	291-292
Tribunais do Júri e Juizados .....	292-293
Juizado de Menores .....	293-295
Conselho Penitenciário .....	295
Justiça Militar do Estado .....	296
DESPESA POR CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS .....	297-305
Assembléia Legislativa .....	297
Governó do Estado .....	297-298
Secretaria do Interior e Justiça .....	298
Secretaria da Fazenda .....	299-300
Secretaria das Obras Públicas .....	300
Secretaria da Agricultura .....	301
Secretaria de Educação e Cultura .....	302-303
Secretaria da Segurança Pública .....	303
Secretaria da Administração .....	303
Secretaria da Saúde .....	304
Secretaria da Economia .....	304
Secretaria dos Transportes .....	305
Secretaria do Trabalho e Habitação .....	305

# Exposição sôbre o Balanço Geral do Estado



Pôrto Alegre, 25 de abril de 1966.

Exposição sôbre o Balanço Geral do Estado, relativo ao exercício de 1965, apresentada ao Excelentíssimo Senhor Professor Ary Burger, Digníssimo Secretário da Fazenda.

#### APRESENTAÇÃO

Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda

Temos a honra de encaminhar a Vossa Excelência o Balanço Geral do Estado, relativo ao exercício econômico-financeiro de 1965, levantado por esta Contadoria Geral. Cumpre-se, assim, uma das mais expressivas atribuições cometidas a êste Órgão Técnico pela Lei nº 521, de 28 de dezembro de 1948.

Constitui o Balanço Geral do Estado o documento básico para a prestação de contas da administração centralizada, que compete ao Governador a apresentar anualmente à Assembléia Legislativa, nos termos do artigo 87, inciso XIX, da Constituição do Estado.

Êsse documento contábil é formado por um conjunto coordenado de demonstrações técnicas, em que se põem em destaque as autorizações legislativas, as operações realizadas e os resultados obtidos e a composição do patrimônio do Estado.

Visando a facilitar a leitura e interpretação das peças que integram o Balanço Geral do Estado, bem como propiciar informações ao Govêrno e ainda apresentar subsídios aos órgãos de fiscalização e julgamento da atividade financeira, proceder-se-á a uma análise dos fatos de maior relêvo da gestão.



## I - DESPESAS AUTORIZADAS E RECURSOS FINANCEIROS

A Lei nº 4.846, de 11 de dezembro de 1964, que aprovou o orçamento geral do Estado para o exercício econômico-financeiro de 1965, estimou a receita em Cr\$ 236.464.631.270 e fixou a despesa em Cr\$ 260.111.094.397, prevendo, portanto, o deficit de Cr\$ 23.646.463.127.

Juntamente com os créditos ordinários, tiveram vigência em 1965 numerosos créditos especiais e um extraordinário.

O conjunto dessas autorizações de despesa e a vinculação dos respectivos recursos foram passíveis de ajustamentos em função das necessidades verificadas no decorrer da execução orçamentária. As alterações havidas serão analisadas a seguir, segundo a natureza dos créditos.

### CRÉDITOS ORDINÁRIOS

O orçamento para 1965 foi votado com uma dotação global de ..... Cr\$ 53.752.451.800, sob o título "Fundo de Estabilização Financeira", destinado a servir de cobertura aos créditos suplementares a serem abertos para a integração, durante o exercício, das verbas orçamentárias, pelo equivalente em moeda dos efeitos da inflação sobre a remuneração do trabalho e serviços e sobre o preço dos bens.

A distribuição desse Fundo para abertura de créditos adicionais, a utilização de recursos de outras origens, bem como os provenientes do cancelamento parcial ou total de dotações orçamentárias para cobertura de créditos suplementares e especiais, determinaram inúmeras alterações no orçamento inicial, tanto de ordem qualitativa como quantitativa.

Do total de 3.326 especificações orçamentárias, 1.206 foram suplementadas e 994 reduzidas, através de alterações legalmente decretadas.

Essas alterações sintetizam-se em Cr\$ 100.583.632.842 de reduções e Cr\$ 152.668.505.386 de suplementações.

Do montante das reduções, a parcela de Cr\$ 89.663.652.955, isto é, a maior parte, provém do Fundo de Estabilização Financeira. Este Fundo, contemplado inicialmente com Cr\$ 53.752.451.800, foi reforçado em .....

Cr\$ 35.911.201.155, passando, portanto, para Cr\$ 89.663.652.955. Os restantes Cr\$ 10.919.979.887 resultaram do cancelamento da dotação de inúmeras rubricas, dentre as quais se destacam as seguintes:

**Secretaria da Fazenda**

5.07	3.1.1.0	Pessoal	
	3.1.1.1.1.7	Percentagens	372.500.000
5.08	3.2.7.0	Juros da Dívida Pública	
	3.2.7.1	Fundada Interna	856.775.253
	4.3.1.0	Amortização da Dívida Pública	
	4.3.1.1	Fundada Interna	453.338.407

**Secretaria de Educação e Cultura**

8.02	4.3.2.0	Auxílios para Obras Públicas	
	4.3.2.3	Entidades Municipais	360.000.000
8.03	3.1.1.0	Pessoal	
	3.1.1.1.1.5	Gratificações diversas	360.000.000

**Secretaria da Economia**

12.01	4.2.6.0	Diversas Inversões Financeiras Financiamento de empreendimentos industriais	607.042.000
-------	---------	---	-------------

Deram cobertura às suplementações, que totalizaram .....  
Cr\$ 152.868.505.386, recursos financeiros de diversas origens, que assim se desdobram:

**I - Recursos do orçamento de 1965**

**Redução de dotações:**

Fundo de Estabilização Financeira.....	89.638.329.355	
Outras rubricas .....	8.935.649.736	
Arrecadação prevista da quota-parte do im- pôsto único sobre energia elétrica.....	1.873.851.745	
<b>Maior arrecadação prevista:</b>		
da receita geral .....	16.208.569.000	
de taxas vinculadas:		
eletrificação e comunicações .....	810.000.000	
transportes .....	427.417.064	<u>117.893.816.900</u>

**II - Recursos de operações de crédito**

**Empréstimo II Plano de Obras do Estado -**

Lei nº 3.601, de 1/12/58:

Emissão de apólices:

  8ª série - Dec. 14.468, de 10/12/62 .... 600.000

**Empréstimo Lei nº 5.127, de 7/12/65:**

  Emissão de apólices .....
 10.000.000.000 |  |

**Empréstimo Lei nº 5.162, de 17/12/65:**

  Emissão de apólices .....
 10.000.000.000 | 20.000.600.000 |

### III - Recursos de exercícios anteriores

Recursos do exercício de 1960		
Redução de dotações .....	4.102.033	
Maior arrecadação:		
Taxa de desenvolvimento agrícola .....	<u>1.427.689</u>	5.529.722
Recursos do exercício de 1961		
Redução de dotações .....		1.000.000
Recursos do exercício de 1962		
Redução de dotações .....		6.823.783
Recursos do exercício de 1963		
Redução de dotações .....		4.933.328
Recursos do exercício de 1964		
Maior arrecadação:		
Taxa de transportes .....	1.282.119.922	
Taxa de eletrificação e comunicações....	<u>13.473.681.731</u>	<u>14.755.801.653</u>
		<u>14.774.088.486</u>

Os recursos dos exercícios de 1960 a 1963, constantes da discriminação que se acaba de expor, deram cobertura a créditos especiais abertos na queles anos e transferidos para 1965. Mediante o cancelamento d'esses adicionais, os recursos a êles vinculados passaram a dar cobertura a créditos suplementares.

Com as múltiplas alterações decretadas, os créditos ordinários fixados inicialmente sofreram um aumento líquido de Cr\$ 52.084.872.544, atingindo o montante de Cr\$ 312.195.966.941, como se vê dos dados a seguir alinhados:

Orçamento inicial .....		260.111.094.397
Mais: Suplementações .....	152.668.505.386	
Menos: Reduções .....	<u>100.583.632.842</u>	<u>52.084.872.544</u>
Créditos ordinários retificados .....		<u>312.195.966.941</u>

Para melhor apreciação, as reduções e suplementações do orçamento inicial figuram no quadro que segue, classificadas segundo as categorias econômicas.

#### CRÉDITOS ORDINÁRIOS

CATEGORIAS ECONÔMICAS	DOTAÇÃO INICIAL	REDUÇÕES	SUPLEMENTAÇÕES	DOTAÇÃO ALTERADA
<b>DESPESAS CORRENTES</b>				
Despesas de Custeio .....	151.899.079.847	92.268.825.269	105.387.473.746	165.017.728.324
Transferências Correntes .....	43.506.290.486	1.919.504.376	27.736.990.135	69.323.776.245
Subtotal .....	<u>195.405.370.333</u>	<u>94.188.329.645</u>	<u>133.124.463.881</u>	<u>234.341.504.569</u>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>				
Investimentos .....	29.609.184.946	4.807.812.790	16.185.284.924	41.186.637.080
Inversões Financeiras .....	5.899.750.476	713.902.000	1.291.207.961	6.477.056.437
Transferências de Capital .....	29.196.808.842	1.073.588.407	2.067.548.620	30.190.768.855
Subtotal .....	<u>64.705.724.064</u>	<u>6.395.303.197</u>	<u>19.544.041.505</u>	<u>77.854.462.372</u>
<b>TOTAL.....</b>	<u>260.111.094.397</u>	<u>100.583.632.842</u>	<u>152.668.505.386</u>	<u>312.195.966.941</u>

## CRÉDITOS ESPECIAIS

No exercício de 1965, vigoraram 100 créditos especiais, no montante de Cr\$ 7.911.005.794.

É oportuno mencionar que em 1964 tiveram vigência 700 adicionais desta espécie, no valor global de Cr\$ 21.530.093.556.

A grande redução do número e do valor dos créditos especiais revela a salutar política da administração financeira do Estado, no sentido de reservar as autorizações de despesa desta ordem para os fins a que se determinam, bem como o aprimoramento da elaboração orçamentária.

Os créditos especiais que vigoraram em 1965 assim se apresentam:

Transferidos de 1964 .....	4.281.870.624	
Menos: Reduções .....	<u>183.437.169</u>	4.098.433.455
Abertos em 1965 .....	4.234.736.540	
Menos: Reduções .....	<u>422.164.201</u>	<u>3.812.572.339</u>
		<u>7.911.005.794</u>

As autorizações sob exame destinaram-se ao atendimento das seguintes despesas:

II Plano de Obras do Estado .....	558.330.552
Programa Preliminar de Investimentos .....	905.255.687
Férias e abono provisório ao magistério .....	599.234.051
Pagamento de dívida flutuante não inscrita .....	2.303.753.713
Auxílios diversos .....	663.250.045
Participação do Estado na Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul .....	500.000.000
Construção do Palácio Legislativo .....	275.000.000
Despesa com o censo escolar .....	250.000.000
Serviço da dívida fundada interna .....	460.628.000
Prosseguimento e conclusão de obras .....	285.724.800
Instalação e funcionamento de colônias de férias .....	210.004.835
Conclusão de obras de abastecimento de água .....	130.300.000
Funcionamento, instalação e pagamento de vantagens dos alunos da Escola de Polícia .....	214.680.000
Contribuição às entidades executoras de projetos de desenvolvimento da produção animal .....	101.000.000
Instalação e funcionamento da Orquestra Sinfônica de Pôrto Alegre .....	92.000.000
Melhoria de pensões .....	79.745.178
Funcionamento do serviço de combate à formiga cortadeira .....	67.500.000
Para outros fins .....	<u>214.598.933</u>
	<u>7.911.005.794</u>

Deram cobertura aos créditos especiais que vigoraram em 1965 os seguintes recursos:

### I - Recursos do orçamento de 1965

Redução de dotações:		
Fundo de Estabilização Financeira .....	25.323.600	
Outras rubricas .....	<u>1.984.330.151</u>	2.009.653.751
Maior arrecadação:		
Taxa de desenvolvimento agropecuário .....		<u>90.000.000</u>
		<u>2.099.653.751</u>

### II - Recursos de operações de crédito

Empréstimo II Plano de Obras do Estado - Lei nº 3.601, de 1/12/58:		
Emissão de apólices:		
1ª série - Dec. 10.716, de 27/8/59 .....	70.088.276	
4ª série - Dec. 12.465, de 30/6/61 .....	5.182.765	
6ª série - Dec. 13.368, de 6/4/62 .....	95.969.418	
8ª série - Dec. 14.468, de 10/12/62 ....	110.120.791	
Empréstimo contratado:		
Banco do Brasil S.A. - Empréstimo Unifi- cação e Consolidação de Dívidas .....	<u>14.302.394</u>	295.663.644
Empréstimo Programa Preliminar de Inves- timentos - Lei nº 4.387, de 6/12/62:		
Emissão de apólices:		
1ª série - Dec. 15.043, de 29/3/63 .....	184.000.000	
2ª série - Dec. 15.637, de 26/9/63 .....	374.629.000	
3ª série - Dec. 16.211, de 28/12/63 ....	<u>294.970.888</u>	853.599.888
Empréstimo Consolidação de Dívidas Flutuantes - Lei nº 4.426, de 21/12/62:		
Emissão de Apólices:		
Dec. 15.630, de 25/9/63 .....		1.500.000.000
Empréstimo de 800 milhões de cruzeiros - Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Lei nº 4.873, de 22/12/64 .....		800.000.000
Empréstimo Lei nº 4.931, de 13/2/65 - Caixa Econômica Es- tadual do Rio Grande do Sul .....		<u>130.300.000</u>
		<u>3.579.563.532</u>

### III - Recursos de exercícios anteriores

Recursos do exercício de 1960		
Redução de dotações .....	1.605.267	
Maior arrecadação:		
Taxa de desenvolvimento agrícola .....	<u>285.971</u>	1.891.238
Recursos do exercício de 1961		
Redução de dotações .....		10.890.826
Recursos do exercício de 1962		
Redução de dotações .....	207.665.515	
Maior arrecadação:		
Taxa de educação .....	24.219.329	
Taxa de desenvolvimento agrícola .....	<u>18.000.000</u>	249.884.844

Recursos do exercício de 1963		
Redução de dotações .....	47.819.344	
Maior arrecadação:		
Taxa de desenvolvimento agropecuário ..	3.836.455	
Departamento da Loteria do Estado.....	<u>147.650.045</u>	199.305.844
Recursos do exercício de 1964		
Redução de dotações .....	1.671.876.507	
Maior arrecadação:		
Departamento da Loteria do Estado .....	<u>97.939.252</u>	<u>1.769.815.759</u>
		<u>2.231.788.511</u>

#### CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS

Em 1965 vigorou somente um crédito extraordinário, do valor de Cr\$ 300.000.000.

Aberto pelo Decreto nº 17.452, de 20 de agosto de 1965, este adicional teve por finalidade cobrir despesas com assistência a flagelados e reparações de danos, em consequência da enchente que assolou o Estado.

#### DEFICIT PRESUMÍVEL DO EXERCÍCIO

A conjugação das autorizações de despesa e dos recursos a elas vinculados, objeto de análise anterior, conduz ao programa financeiro para o exercício, cuja síntese é a seguinte:

Despesa fixada	
Créditos ordinários retificados .....	312.195.966.941
Créditos especiais .....	7.911.005.794
Crédito extraordinário .....	<u>300.000.000</u>
	<u>320.406.972.735</u>
Recursos financeiros	
Receita orçamentária reestimada .....	255.784.469.079
Operações de crédito .....	23.580.163.532
Recursos de exercícios anteriores .....	<u>17.005.876.997</u>
	<u>296.370.509.608</u>

O confronto do montante da despesa fixada com o dos recursos financeiros resulta no deficit presumível do exercício. Para que este resultado expresse a realidade com maior aproximação, os recursos financeiros legalmente vinculados à despesa fixada devem ser depurados dos que já haviam sido realizados em anos anteriores, tais como recursos do orçamento de exercícios já encerrados e operações de crédito efetuadas naqueles mesmos exercícios, bem como os empréstimos que não apresentaram possibilidade de realização ou que foram contratados para recebimento no ano seguinte.

Feitas as mencionadas exclusões, os recursos financeiros a considerar para a determinação do deficit presumível, por serem de realização possível, assim se desdobram:

<b>Receita orçamentária:</b>		
Previsão inicial .....	236.464.631.270	
<b>Mais:</b>		
Arrecadação prevista da quota-parte do impôsto único sobre energia elétrica ...	1.873.851.745	
<b>Excesso de arrecadação previsto:</b>		
da receita geral .....	16.208.569.000	
<b>de taxas vinculadas:</b>		
transportes .....	427.417.064	
eletrificação e comunicações.....	810.000.000	255.784.469.079
<b>Operações de crédito:</b>		
<b>Empréstimo II Plano de Obras do Estado- Lei nº 3.601, de 1/12/58:</b>		
<b>Emissão de apólices:</b>		
1ª série - Dec. 10.716, de 27/8/59 ....	52.796.000	
4ª série - Dec. 12.465, de 30/6/61 ....	5.182.765	
6ª série - Dec. 13.368, de 6/4/62 ....	95.969.418	
8ª série - Dec. 14.468, de 10/12/62 ...	110.720.791	
<b>Empréstimo Programa Preliminar de In- vestimentos - Lei nº 4.387, de 6/12/62:</b>		
<b>Emissão de apólices:</b>		
1ª série - Dec. 15.043, de 29/3/63 ....	184.000.000	
2ª série - Dec. 15.637, de 26/9/63 ....	374.629.000	
3ª série - Dec. 16.211, de 28/12/63 ...	294.970.888	
<b>Empréstimo Consolidação de Dívidas Flu- tuantes - Lei nº 4.426, de 21/12/62:</b>		
<b>Emissão de apólices:</b>		
Dec. 15.630, de 25/9/63.....	1.500.000.000	
<b>Empréstimo de 800 milhões de cruzeiros, contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Lei nº 4.873, de 22/12/64.....</b>		
	800.000.000	
<b>Empréstimo Lei nº 4.931, de 13/2/65, con- tratado com a Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul .....</b>		
	104.240.000	3.522.508.862
<b>Recursos do exercício .....</b>		<b>259.306.977.941</b>

O cotejo da soma da despesa fixada com o total dos recursos de realização provável conduz ao déficit presumível do exercício de 1965, na quantia de Cr\$ 61.099.994.794, conforme evidenciam os dados a seguir alinhados:

<b>Despesa fixada .....</b>		<b>320.406.972.735</b>
<b>Recursos do exercício:</b>		
Receita orçamentária reestimada .....	255.784.469.079	
Operações de crédito.....	3.522.508.862	259.306.977.941
<b>Deficit presumível do exercício.....</b>		<b>61.099.994.794</b>

## **2 - BALANÇO FINANCEIRO**

O Balanço Financeiro demonstra, sinteticamente, as operações financeiras realizadas no exercício, conjugadas com os saldos em espécie provenientes do período anterior e os que se transferem para o seguinte. Nessas operações estão compreendidas a receita e a despesa orçamentárias, bem como as entradas e saídas financeiras de natureza extra-orçamentária.

Esse documento, além de constituir a peça fundamental para a prestação de contas da gestão financeira, revela, também, a origem das modificações que os atos desta natureza produziram na composição do patrimônio financeiro.

Os elementos que integram o documento sob exame e o resultado financeiro do exercício serão apreciados a seguir, por espécie.

### **2.1.0 - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO**

A execução orçamentária e o resultado financeiro do exercício são demonstrados, em termos globais, pelos dados que seguem:



### DESPESA REALIZADA

Despesas Correntes .....	228.969.581.296	
Despesas de Capital .....	<u>78.144.971.745</u>	307.114.553.041

### RECEITA REALIZADA

Receitas Correntes .....	237.677.621.350	
Receitas de Capital .....	<u>6.624.695.103</u>	<u>244.302.316.453</u>

### RESULTADO FINANCEIRO

Deficit .....		<u>62.812.236.588</u>
---------------	--	-----------------------

O deficit apurado corresponde a 20,45 % da despesa realizada. No exercício de 1964, o resultado traduziu-se num superavit de Cr\$ 7.646.608.998.

A receita obtida ficou aquém dos recursos do exercício considerados de realização possível, como se vê pelas cifras que seguem:

Recursos do exercício: Receita reestimada, inclusive operações de crédito realizáveis .....	259.306.977.941	
Menos: Receita realizada .....	<u>244.302.316.453</u>	
Menor receita .....		<u>15.004.661.488</u>

Também a despesa realizada situou-se abaixo do montante em que foi fixada, como se demonstra:

Despesa fixada .....	320.406.972.735	
Menos: Despesa realizada .....	<u>307.114.553.041</u>	
Menor despesa .....		<u>13.292.419.694</u>

O primeiro dêstes fatos influiu negativamente sôbre o resultado da execução orçamentária, ao passo que o último atuou de forma benéfica.

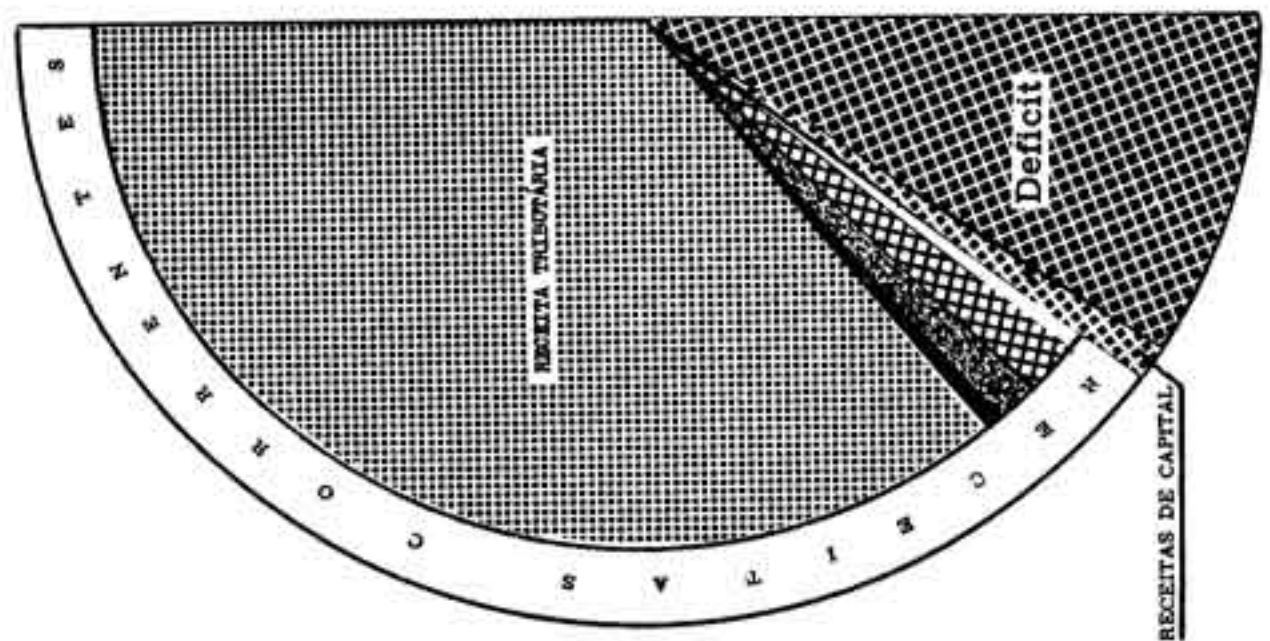
Como a menor receita superou as economias apuradas, verificou-se um agravamento do deficit presumível. Êste fato é evidenciado pelos dados que se expõem:

Deficit presumível do exercício .....		61.099.994.794
Mais: Menor receita .....	15.004.661.488	
Menos: Menor despesa .....	<u>13.292.419.694</u>	<u>1.712.241.794</u>
Deficit do exercício .....		<u>62.812.236.588</u>

As linhas gerais da execução orçamentária e o deficit apurado são demonstrados gráficamente mediante o quadro que segue, no qual a receita é classificada por categoria econômica e fonte e a despesa, por categoria e subcategoria econômicas.

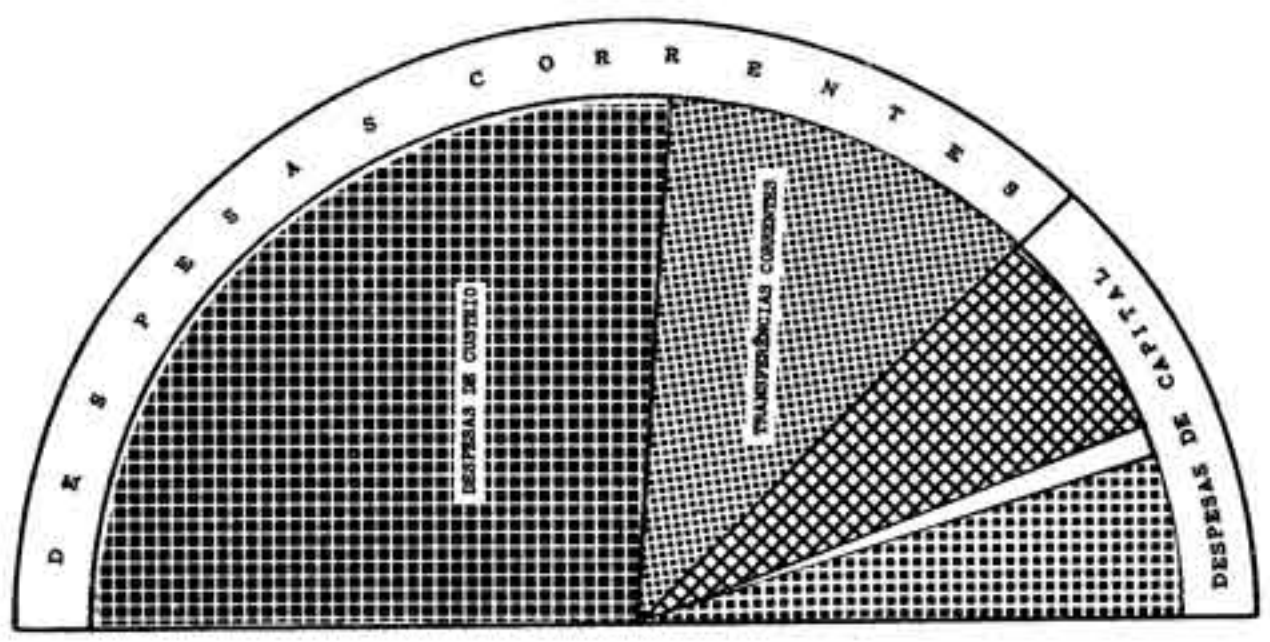
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

RECEITA REALIZADA



- Receita Patrimonial
- Receita Industrial
- Transferências Correntes
- Receitas Diversas

DESPESA REALIZADA



- Investimentos
- Inverões Fiscais
- Transferências de Capital

## 2.1.1 - ANÁLISE DA RECEITA

Os ingressos provenientes da arrecadação da receita orçamentária atingiram em 1965 a elevada soma de Cr\$ 244.302.316.453.

Em relação ao ano de 1964, que apresentou uma arrecadação de .. Cr\$ 163.698.849.812, verificou-se um incremento de 49%. Este índice no ano anterior foi de 106%.

A especificação da receita realizada por categoria econômica, espécie e rubrica, comparada com as previsões iniciais, e ainda por estação arrecadadora figura nos quadros que acompanham o Balanço Financeiro.

A execução da receita pode ser divisada através do seguinte quadro:

Receitas Correntes:	Orçada	Arrecadada
I - Tributária		
Impostos .....	146.300.000.000	143.026.019.015
Taxas .....	79.727.900.000	75.050.311.180
	<u>226.027.900.000</u>	<u>218.076.330.195</u>
II - Patrimonial .....	204.330.000	459.358.138
III - Industrial .....	5.477.276.270	7.950.820.931
IV - Transferências Correntes .....	280.000.000	8.388.529.881
V - Receitas Diversas .....	4.418.487.000	2.802.582.205
	<u>236.407.993.270</u>	<u>237.677.621.350</u>
Receitas de Capital:		
Operações de crédito .....		6.417.420.213
Diversas .....	56.638.000	207.274.890
	<u>236.464.631.270</u>	<u>244.302.316.453</u>

A receita realizada ultrapassou a previsão, no seu conjunto, em .. Cr\$ 7.837.685.183, o que representa 3,3% da estimativa.

### 2.1.1.1 - RECEITAS CORRENTES

Nesta categoria econômica, classificam-se as fontes normais da receita orçamentária, que constituem a parte preponderante dos recursos do Estado. As entradas desta natureza totalizaram Cr\$ 237.677.621.350, equivalentes a 97,3% da receita geral. Em relação à previsão, verificou-se um excesso de Cr\$ 1.269.628.080.

Segue-se a apreciação dos principais aspectos das receitas correntes.

## IMPOSTOS

A arrecadação obtida através dos impostos foi de ..... Cr\$ 143.026.019.015. Esta quantia representa 58,5 % da receita geral e 65,6 % da receita tributária.

Em relação à previsão, verificou-se uma arrecadação a menor de mais de 3 bilhões de cruzeiros, quando os índices técnicos indicavam, até julho, um excesso de arrecadação da ordem de 5 bilhões de cruzeiros. Essa anomalia deve-se aos graves prejuízos provocados pelas enchentes e nevadas que assolaram o Estado nos meses de agosto e setembro.

Apesar dos danos que sofreu a economia do Estado, decorrentes daqueles flagelos, a renda de impostos de 1965 ultrapassou a do ano anterior em mais de 52 bilhões de cruzeiros.

A seguir, é posta em relêvo a participação dos impostos na formação da receita geral no último quinquênio:

Ano	Receita geral	Receita de impostos	Percentagem da receita de impostos sobre a receita geral
1961	32.657.566.479	15.647.914.465	48 %
1962	44.937.854.118	24.282.185.439	54 %
1963	79.404.246.144	42.516.374.878	53 %
1964	163.698.849.812	90.242.122.520	55 %
1965	244.302.316.453	143.026.019.015	58 %

A arrecadação de impostos, em confronto com as estimativas, pode ser vista através dos seguintes dados:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Vendas e consignações....	142.800.000.000	136.967.363.070	- 5.832.636.930
Sêlo e afins .....	2.700.000.000	3.881.483.224	+ 1.181.483.224
Transmissão de propriedade de "causa mortis" .....	800.000.000	2.177.172.721	+ 1.377.172.721
	<u>146.300.000.000</u>	<u>143.026.019.015</u>	<u>- 3.273.980.985</u>

O impôsto sobre vendas e consignações, fonte principal dos recursos estaduais de natureza tributária, proporcionou ingressos no montante de .... Cr\$ 136.967.363.070. Esta soma, embora inferior em Cr\$ 5.832.636.930 ao montante orçado para o exercício, representou 95,7 % do produto de impostos e 56 % da receita geral. Com um excesso de Cr\$ 50.332.572.138 sobre a arrecadação de 1964, êste impôsto tem seu crescimento explicado principalmente em face da elevação do preço das utilidades e do aprimoramento dos métodos de fiscalização e sua intensificação.

Êste tributo foi o mais severamente atingido pelas calamidades a que já se fêz menção.

O comportamento desta espécie tributária no último lustro é assim demonstrado, em números absolutos e relativos:

Ano	Arrecadação	Índice
1961	14.235.023.511	100
1962	23.397.215.831	164
1963	41.410.129.292	291
1964	86.634.790.932	609
1965	136.967.363.070	962

Por sua vez, o imposto de selo e afins carregou para o erário estadual recursos da ordem de Cr\$ 3.881.483.224, ultrapassando sua estimativa em Cr\$ 1.181.483.224.

Influiu no incremento da arrecadação desta espécie tributária a disposição constante da Lei nº 4.645, de 14 de dezembro de 1963, em seu artigo 2º, que determina a revisão dos valores fixos de suas incidências, sempre que se verificar alterações do valor do maior salário mínimo vigente no Estado. Essa revisão foi operada por força do Decreto nº 16.937, de 11 de novembro de 1964.

A evolução deste imposto, no último quinquênio, é assim demonstrada:

Ano	Arrecadação	Índice
1961	421.977.864	100
1962	591.611.599	140
1963	720.382.831	171
1964	2.081.007.130	493
1965	3.881.483.224	920

Também o imposto sobre transmissão de propriedade "causa mortis" suplantou a previsão orçamentária. Para uma estimativa de ..... Cr\$ 800.000.000, produziu ingressos da ordem de Cr\$ 2.177.172.721, superando em Cr\$ 650.848.264 a arrecadação de 1964.

O impulso experimentado por este tributo, no exercício recém-fimido, deve-se, principalmente, aos efeitos das Leis nºs 4.924 e 4.955, de 10 de fevereiro de 1965 e 16 de junho de 1965, respectivamente, que estenderam os prazos previstos no parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 4.757, de 9 de julho de 1964, que dispensou do pagamento da indenização pela mora, inclusive a relativa à desvalorização da moeda, os contribuintes que satisfizessem seus débitos dentro dos prazos previstos naqueles diplomas legais.

Os números absolutos e relativos, a seguir alinhados, evidenciam o comportamento deste imposto nos últimos cinco anos:

Ano	Arrecadação	Índice
1961	220.331.900	100
1962	293.358.008	133
1963	385.862.754	175
1964	1.526.324.457	693
1965	2.177.172.721	988

## TAXAS

A exemplo do que ocorreu com os impostos, a soma dos ingressos proporcionados pelas 14 taxas que tiveram vigência no exercício de 1965 não atingiu o montante orçado.

Com Cr\$ 4.677.588.820 aquém da estimativa, os recursos canalizados para os cofres do Tesouro Estadual, por intermédio das taxas, representaram 30,72 % da receita geral e 34,4 % da receita tributária, ou seja, em valores absolutos, Cr\$ 75.050.311.180.

Para a menor arrecadação das taxas também influíram as calamidades climáticas a que se fez menção, em virtude, principalmente, do fato de a maior parcela da arrecadação das taxas provir das que são cobradas como adicionais de impostos, dentre os quais prepondera o sobre vendas e consignações.

Em relação aos ingressos desta espécie verificados em 1964, o produto arrecadado no exercício em exame apresenta um aumento de ..... Cr\$ 28.111.465.051.

Deve ser notado que no total proporcionado pelas taxas se inclui o produto das cobradas como adicional sobre os impostos, à razão de 50%, no montante de Cr\$ 71.512.318.663, cuja discriminação é feita a seguir, com a indicação das respectivas taxas de incidência:

Taxa de eletrificação e comunicações .....	15 %	21.453.807.057
Taxa de transportes .....	17 %	24.313.302.086
Taxa de educação .....	15 %	21.454.127.973
Taxa de desenvolvimento agropecuário .....	3 %	4.291.081.547
	<u>50 %</u>	<u>71.512.318.663</u>

Êstes tributos ficaram aquém de suas previsões em ..... Cr\$ 1.637.681.337.

Dadas as características de que se revestem estas taxas, o seu produto deveria ser igual a 50 % do produto dos impostos.

A discrepância verificada decorre do fato de se incluir na receita de impostos do exercício o produto de tributos cuja competência é de exercícios anteriores, quando as alíquotas dos adicionais em aprêço diferiam das vigentes em 1965.

Essa divergência, do valor de Cr\$ 690.844, assim se desdobra:

Taxa de eletrificação e comunicações ..	+	95.796
Taxa de transportes .....	+	1.121.146
Taxa de educação .....	-	225.121
Taxa de desenvolvimento agropecuário .	-	<u>300.977</u>
		<u>690.844</u>

As demais rubricas de receita, classificadas nesta espécie tributária, compareceram no orçamento com uma previsão de Cr\$ 6.577.900.000. O produto de sua arrecadação, no entanto, foi de apenas Cr\$ 3.537.992.517.

A principal causa da menor arrecadação deste grupo de taxas deve-se ao fato de que a taxa de desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do

Sul, orçada em 4 bilhões de cruzeiros, deixou de ser cobrada por falta de regulamentação do diploma legal que a instituiu, a exemplo, aliás, do que ocorreu no exercício anterior.

As demais taxas ultrapassaram as respectivas estimativas, com exceção das taxas e custas judiciárias e, particularmente, a de fiscalização e classificação de produtos de exportação. É oportuno mencionar que a receita deste último tributo é representada pela insignificante parcela de Cr\$ 540.

O comparativo a seguir melhor evidencia o comportamento destas taxas em função das respectivas previsões:

Taxas	Previsão	Arrecadação	Diferença
Taxas e custas judiciárias ..	120.000.000	107.773.128	- 12.226.872
Taxa do Corpo de Bombeiros	35.000.000	135.499.143	+ 100.499.143
Taxa de fiscalização e classificação de produtos de exportação .....	500.000	540	- 499.460
Taxa de melhoria de proventos de servidores inativos .	1.500.000.000	2.196.968.909	+ 696.968.909
Taxa de aposentadoria dos serventuários da Justiça...	100.000.000	175.909.345	+ 75.909.345
Taxa de cooperação - ovinos	33.600.000	36.052.072	+ 2.452.072
Taxa de recuperação da lavoura do arroz .....	100.000	16.078.074	+ 15.978.074
Taxa de Cr\$ 0,01 por 10 kg de mercadoria exportada ..	2.200.000	2.395.867	+ 195.867
Taxa de desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul.....	4.000.000.000	-	- 4.000.000.000
Taxa de investimentos da pecuária .....	<u>786.500.000</u>	<u>867.315.439</u>	+ <u>80.815.439</u>
	<u>6.577.900.000</u>	<u>3.537.992.517</u>	- <u>3.039.907.483</u>

Neste elenco, pelo vulto da receita produzida, destaca-se a taxa de melhoria de proventos de servidores inativos, com um excesso de ..... Cr\$ 696.968.909 sobre a estimativa orçamentária de Cr\$ 1.500.000.000.

A evolução que as diversas taxas vêm apresentando no último lustro pode ser melhor apreciada através dos algarismos a seguir alinhados, em valores absolutos e relativos:

Ano	Arrecadação	Índice
<b>Taxas e custas judiciárias</b>		
1961	36.513.251	100
1962	40.141.986	110
1963	51.208.225	140
1964	91.453.361	250
1965	107.773.128	295
<b>Taxa do Corpo de Bombeiros</b>		
1961	17.294.924	100
1962	19.120.770	111

	1963	34.182.963	198
	1964	60.284.920	349
	1965	135.499.143	784
<b>Taxa de fiscalização e classificação de produtos de exportação</b>			
	1961	1.038.496	100
	1962	19.547	18
	1963	14.425	13
	1964	3.238	3
	1965	540	0,5
<b>Taxa de melhoria de proventos de servidores inativos</b>			
	1961	196.903.924	100
	1962	278.092.330	141
	1963	576.765.468	293
	1964	1.179.803.244	599
	1965	2.196.968.909	1.116
<b>Taxa de aposentadoria dos serventuários da justiça</b>			
	1961	26.001.931	100
	1962	31.724.588	122
	1963	49.228.867	189
	1964	121.466.908	467
	1965	175.909.345	676
<b>Taxa de cooperação - ovinos</b>			
	1965	36.052.072	100
<b>Taxa de recuperação da lavoura de arroz</b>			
	1961	1.080.318	100
	1962	4.780.950	443
	1963	100.591	9
	1964	979.861	91
	1965	16.078.074	1.489
<b>Taxa de Cr\$ 0,01 por 10 kg de mercadoria exportada</b>			
	1961	1.829.315	100
	1962	2.029.582	110
	1963	2.051.038	112
	1964	2.070.096	113
	1965	2.395.867	131
<b>Taxa de eletrificação e comunicações</b>			
	1961	2.341.214.316	100
	1962	3.639.674.235	156
	1963	6.376.133.816	272
	1964	13.536.081.966	578
	1965	21.453.807.057	917
<b>Taxa de transportes</b>			
	1961	2.661.924.238	100
	1962	4.129.285.810	155
	1963	7.228.802.371	271
	1964	15.341.644.268	576
	1965	24.313.302.086	913



### Taxa de educação

1961	2.496.688.156	100
1962	3.881.997.600	155
1963	6.377.756.965	255
1964	13.535.940.607	542
1965	21.454.127.973	859

### Taxa de desenvolvimento agropecuário

1961	310.731.113	100
1962	484.463.671	156
1963	1.273.248.403	409
1964	2.706.766.057	870
1965	4.291.081.547	1.379

### Taxa de investimentos da pecuária

1964	362.351.598	100
1965	867.315.439	239

## RECEITA PATRIMONIAL

Para uma estimativa de Cr\$ 204.330.000, o produto da receita originada do patrimônio do Estado atingiu a quantia de Cr\$ 459.358.138, ultrapassando aquela previsão em Cr\$ 255.028.138.

Êstes ingressos podem ser assim desdobrados:

Receitas imobiliárias.....	28.953.461
Participações e dividendos.....	294.144.933
Outras receitas patrimoniais ...	<u>136.259.744</u>
	<u>459.358.138</u>

No grupo das receitas imobiliárias, destacam-se os ingressos proporcionados pelos foros e laudêmios que, para uma previsão de apenas ..... Cr\$ 4.000.000, produziram Cr\$ 27.381.201. A parcela restante distribui-se pelas rubricas aluguéis de imóveis e exploração de terras e matos, apresentando, respectivamente, as arrecadações de Cr\$ 1.187.360 e Cr\$ 384.900.

Os ingressos classificados em participações e dividendos superaram, por larga margem, a previsão de Cr\$ 180.000.000 constante do orçamento.

A soma de Cr\$ 294.144.933, arrecadada sob êste título, refere-se aos rendimentos das ações do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e do Banco da Província do Rio Grande do Sul S.A. e assim se discrimina:

#### Dividendos e bonificações

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.....	294.029.790
Banco da Província do Rio Grande do Sul S.A.....	<u>115.143</u>
	<u>294.144.933</u>

As demais entidades nas quais o Estado participa como acionista não distribuíram dividendos, com exceção da Petrobrás que merece destaque especial. Essa empresa vem retendo os dividendos devidos ao Estado, por força de

acôrdo onde se dispõe sôbre a construção da Refinaria Alberto Pasqualini e o pôrto pesqueiro de Tramandaí. Entretanto, a falta de ultimação do referido instrumento tem impedido a inclusão, no orçamento do Estado, dos citados rendimentos e as respectivas aplicações.

As outras receitas patrimoniais, no montante de Cr\$ 136.259.744, reúnem os juros abonados sôbre depósitos bancários, no montante de ..... Cr\$ 118.757.064, juros de empréstimos concedidos, no valor de Cr\$ 17.500.000, e juros de títulos mobiliários, na quantia de Cr\$ 2.680.

## RECEITA INDUSTRIAL

As repartições estaduais de natureza industrial, que podem ser classificadas em serviços públicos e estabelecimentos industriais, proporcionaram ao erário, no exercício de 1965, rendas da ordem de Cr\$ 7.950.820.931. Esta soma superou a previsão orçamentária em Cr\$ 2.473.544.661 e apresentou, em relação aos ingressos verificados em 1964, um acréscimo de Cr\$ 5.192.582.548.

Segundo aquela classificação, comparam-se, a seguir, os ingressos desta espécie e as respectivas previsões:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Receitas de serviços públicos.....	3.916.849.120	6.226.240.382	2.309.391.262
Receitas de estabelecimentos industriais.....	<u>1.560.427.150</u>	<u>1.724.580.549</u>	<u>164.153.399</u>
	<u>5.477.276.270</u>	<u>7.950.820.931</u>	<u>2.473.544.661</u>

No grupo dos serviços públicos, destacam-se, pelo vulto dos ingressos produzidos, os Serviços de água e os Serviços de água e esgôto, sob a administração da Diretoria Industrial da Secretaria das Obras Públicas, com uma arrecadação de Cr\$ 6.119.241.086, discriminada a seguir, em confronto com suas previsões:

Rubrica	Previsão	Arrecadação	Diferença
Serviços de água em 91 localidades.....	2.912.753.532	3.763.375.763	850.622.231
Serviços de água e esgôto em 10 localidades.....	<u>952.764.588</u>	<u>2.355.865.323</u>	<u>1.403.100.735</u>
	<u>3.865.518.120</u>	<u>6.119.241.086</u>	<u>2.253.722.966</u>

O grande incremento dos ingressos proporcionados por êsses Serviços é devido, principalmente, à revisão de tarifas efetuada no exercício em análise, autorizada pelo Decreto nº 17.246, de 26 de março de 1965, e cuja vigência se iniciou em 1º de abril de 1965.

Importa assinalar, ainda, que o resultado operacional dêsses Serviços foi positivo, tendo atingido Cr\$ 2.445.251.088, superando em muito o resultado da exploração de 1964, também positivo e que foi de Cr\$ 46.420.887.

A seguir, apresenta-se o resultado da exploração dêsses Serviços no último lustro:

Ano	Superavit	Deficit
1961		15.581.975
1962		85.890.765
1963		48.310.308
1964	46.420.887	
1965	2.445.251.088	

Completam a receita proporcionada pelos serviços públicos o Hospital Psiquiátrico São Pedro com Cr\$ 94.160.246, os Serviços de Recreação Pública com Cr\$ 12.833.025 e o Entrepasto de Carga e Descarga de Pôrto Alegre com a insignificante parcela de Cr\$ 6.025.

Os estabelecimentos industriais produziram rendas no valor de ... Cr\$ 1.724.580.549, concorrendo o Departamento de Imprensa Oficial com ..... Cr\$ 1.721.356.870. Os restantes Cr\$ 3.223.679 provêm da receita resultante da extração e beneficiamento de madeiras, atividade a cargo do Setor de Parques e Jardins da Secretaria das Obras Públicas.

As demais repartições que integram este grupo não recolheram nenhum ingresso aos cofres do Tesouro. Em face da ausência de qualquer comunicação, essa anomalia só pode ser atribuída à falta de receitas ou à utilização das mesmas no atendimento de despesas dos próprios órgãos, o que constitui infração à legislação em vigor. Encontram-se nessa situação os seguintes estabelecimentos: Oficinas da Penitenciária Industrial, Penitenciária Agrícola e Colônia Penal Agrícola, Produção de Bens e Serviços da Secretaria da Agricultura, Setor de Parques e Jardins da Secretaria das Obras Públicas, no que diz respeito a produtos de olaria, lavoura e pecuária, e Revista do Ensino.

## TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Com uma previsão de Cr\$ 280.000.000, os ingressos classificados sob esta espécie atingiram a elevada soma de Cr\$ 8.388.529.881, superando aquela estimativa em Cr\$ 8.108.529.881.

Estas receitas podem ser assim decompostas, segundo suas origens:

Transferências da União.....	7.546.558.135
Transferências dos Municípios....	25.699.852
Transferências diversas.....	816.271.894
	<u>8.388.529.881</u>

A arrecadação a maior destas receitas provém das transferências da União, para as quais não houve estimativa orçamentária.

Na soma recebida da União, estão compreendidas as seguintes parcelas: de Cr\$ 298.678.846, relativa à quota-parte do imposto sobre minérios; de Cr\$ 1.253.851.745, como quota-parte do imposto único sobre energia elétrica, e de Cr\$ 5.994.027.544, recebida como auxílio do Governo Federal. Dêste auxílio, que foi de 6 bilhões de cruzeiros, foi recolhida à União, pelo Banco do Brasil S.A., a parcela de Cr\$ 5.972.456.

Os recursos provenientes das contribuições dos municípios, orçados em Cr\$ 24.000.000, atingiram Cr\$ 25.699.852. Cabe às contribuições destinadas ao atendimento do serviço dos empréstimos externos a maior parcela dêste total, pois, para uma previsão de Cr\$ 12.000.000, foram recebidos ..... Cr\$ 23.657.852.

As contribuições destinadas ao serviço de estatística, ao Departamento das Prefeituras Municipais e aos serviços de prevenção de incêndio e combate ao fogo ficaram aquém de suas previsões, enquanto nenhum recolhimento foi feito para os serviços de higiene e saúde pública.

As transferências diversas referem-se à renda líquida recolhida pelo Departamento da Loteria do Estado, que apresentou, em relação à estimativa de Cr\$ 256.000.000, um excesso de arrecadação da ordem de Cr\$ 560.271.894.

Releva notar-se, todavia, que, no total arrecadado no exercício, no montante de Cr\$ 816.271.894, inclui-se a parcela de Cr\$ 159.550.400, referente à parte da renda líquida do exercício de 1964, não contabilizada na época oportuna por falta de comunicação.

## RECEITAS DIVERSAS

Figurando no orçamento com uma estimativa de ..... Cr\$ 4.418.487.000, as diversas rubricas de receita classificadas nesta fonte apresentaram uma arrecadação de apenas Cr\$ 2.802.582.205.

Destacam-se, dentre os ingressos sob exame, os resultantes da cobrança de multas e da dívida ativa, com Cr\$ 761.412.870 e Cr\$ 1.606.417.382, respectivamente, ultrapassando ambos suas previsões.

Demonstra-se, a seguir, o comportamento que vem apresentando estas receitas nos últimos cinco anos, em números absolutos e relativos:

Ano	Multas	Índice	Dívida Ativa	Índice
1961	74.669.624	100	230.384.324	100
1962	127.619.238	171	313.558.821	136
1963	218.429.756	290	499.767.253	217
1964	483.422.155	644	1.339.947.098	583
1965	761.412.870	1.015	1.606.417.382	698

A receita de indenizações e restituições somou Cr\$ 427.523.495, para a estimativa de Cr\$ 2.962.487.000. A menor arrecadação de ..... Cr\$ 2.534.963.505 deve-se ao fato de não ter sido cobrada a taxa de 10% sobre as transferências do produto da taxa de transportes às autarquias e prefeituras, a título de indenização da administração do referido tributo.

A maior parte dos ingressos classificados nesta rubrica provém do cancelamento de débitos inscritos em contrapartida da despesa orçamentária, principalmente em virtude da prescrição quinquenária.

Sob o título de receita de exercícios anteriores, foi classificada a arrecadação de Cr\$ 2.351.740, quantia inferior à estimativa de Cr\$ 3.500.000.

Os ingressos de natureza eventual atingiram apenas o montante de Cr\$ 4.876.718, menos do que a décima parte da previsão de Cr\$ 52.500.000.

2.1.1.2 - RECEITAS DE CAPITAL

Na categoria econômica em epígrafe, estão compreendidos os ingressos que não apresentam o mesmo caráter de continuidade das receitas correntes. Estas receitas são, pela sua natureza, de realização aleatória.

Sob esta classificação, verificaram-se entradas que totalizaram .. Cr\$ 6.624.695.103, equivalentes a 2,7% da receita geral, e que ultrapassaram, por larga margem, a previsão de Cr\$ 56.638.000.

Predomina neste grupo de receitas o produto de operações de crédito, para as quais não houve estimativa orçamentária. Os ingressos desta espécie foram da ordem de Cr\$ 6.417.420.213, que assim se especificam:

a) Em apólices:

Empréstimo II Plano de Obras do Estado Lei nº 3.601, de 1/12/58: Emissão de apólices: 6ª série - Dec. 13.368, de 6/4/62...	612.426.613	
Empréstimo Programa Preliminar de Investimentos - Lei nº 4.387, de 6/12/62: Emissão de apólices: 1ª série - Dec. 15.043, de 29/3/63..	230.750.000	
Empréstimo Consolidação de Dívidas Flutuantes - Lei nº 4.426, de 21/12/62: Dec. 15.630, de 25/9/63.....	206.002.000	1.049.178.613

b) Empréstimos contratados:

Empréstimo Lei nº 4.873, de 22/12/64 - Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	793.000.000	
Empréstimo Lei nº 4.931, de 13/2/65 - Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul .....	104.240.000	
Empréstimo Lei Federal nº 4.770, de 15/9/65 - Governo Federal .....	4.471.001.600	5.368.241.600
		<u>6.417.420.213</u>

Além do produto de operações de empréstimo, realizaram-se ingressos decorrentes da venda de imóveis e resgate de terrenos reservados, com uma arrecadação de Cr\$ 174.404.730, para uma previsão de Cr\$ 40.000.000; os resultantes do recebimento de Cr\$ 25.000.000, a título de amortização do empréstimo concedido pelo Estado à Prefeitura Municipal de Rio Grande, nos termos da Lei nº 4.514, de 2 de julho de 1963; e, por último, os ingressos oriundos da alienação de veículos, máquinas e materiais obsoletos, que, para uma estimativa de Cr\$ 500.000, somaram Cr\$ 7.870.160.

A rubrica produto da realização do ativo do Banco Pelotense, que constou do orçamento com uma estimativa de Cr\$ 15.000.000, não acusou nenhum recolhimento.

### 2.1.1.3 - ARRECAÇÃO POR EXATORIAS

Tal como ocorreu em 1964, atuaram no exercício sob exame 158 exatorias, que carrearam para o Tesouro do Estado a elevada soma de ..... Cr\$ 211.596.452.059, correspondente a 86,61 % da receita geral do Estado.

Segundo o produto coletado, essas estações assim se distribuem:

	Número de exatorias	Arrecadação	%
de mais de 10 bilhões	2	80.738.320.227	33,05
de mais de 5 até 10 bilhões	4	27.076.042.489	11,09
de mais de 4 até 5 bilhões	3	12.822.817.270	5,25
de mais de 3 até 4 bilhões	2	6.532.972.588	2,67
de mais de 2 até 3 bilhões	7	17.491.048.890	7,16
de mais de 1 até 2 bilhões	18	24.856.920.086	10,18
de mais de 900 milhões até 1 bilhão	3	2.845.599.261	1,16
de mais de 800 até 900 milhões	5	4.290.026.640	1,75
de mais de 700 até 800 milhões	6	4.566.205.925	1,87
de mais de 600 até 700 milhões	8	5.128.739.968	2,10
de mais de 500 até 600 milhões	9	5.014.238.228	2,05
de mais de 400 até 500 milhões	10	4.572.190.771	1,87
de mais de 300 até 400 milhões	14	4.974.729.560	2,04
de mais de 200 até 300 milhões	23	5.694.771.951	2,33
de mais de 100 até 200 milhões	23	3.452.586.282	1,41
até 100 milhões	21	1.539.241.923	0,63
	<u>158</u>	<u>211.596.452.059</u>	<u>86,61</u>

Do exame da arrecadação por exatorias, verifica-se que 10 desses órgãos foram responsáveis pela coleta de mais da metade da receita geral do Estado. Eis a discriminação dessas estações:

	Arrecadação	%
Pôrto Alegre .....	70.208.543.817	28,74
Pelotas .....	10.529.776.410	4,31
Rio Grande .....	8.718.848.329	3,57
Caxias do Sul .....	7.846.262.768	3,21
Nôvo Hamburgo .....	5.449.514.024	2,23
Santana do Livramento	5.061.417.368	2,07
Canoas .....	4.690.345.049	1,92
Bagé .....	4.108.982.461	1,68
Passo Fundo .....	4.023.489.760	1,65
Santa Maria .....	3.521.882.943	1,44
	<u>124.159.062.929</u>	<u>50,82</u>

Comparando-se a situação apresentada por essas repartições nos dois últimos exercícios, verifica-se que em 1965 as estações arrecadadoras de Caxias do Sul e Santana do Livramento trocaram suas posições com as exatorias de Rio Grande e Nôvo Hamburgo, respectivamente.

As demais estações arrecadadoras conservaram a mesma ordem do exercício anterior.

## 2.1.2 - ANÁLISE DA DESPESA

Os dispêndios realizados no período administrativo de 1965, à conta das diversas autorizações legislativas, atingiram o montante de ..... Cr\$ 307.114.553.041.

Segundo a natureza daquelas autorizações, a despesa realizada assim se desdobra:

Créditos ordinários .....	302.738.221.053
Créditos especiais .....	4.076.349.887
Créditos extraordinários..	<u>299.982.101</u>
	<u>307.114.553.041</u>

Os numerosos anexos ao Balanço Financeiro, integrantes do I volume do Balanço Geral do Estado, discriminam, de forma minudente, a despesa realizada por órgão, categoria econômica, elemento, função e subfunção.

O II volume do Balanço Geral é composto de quadros que demonstram cada especificação orçamentária, segundo os programas, e os créditos especiais e extraordinários, com a indicação da respectiva dotação inicial, a dotação com as alterações decretadas, a despesa realizada e o saldo não utilizado.

A despesa orçamentária reparte-se pelos seguintes órgãos da administração superior:

	Créditos ordinários	Créditos especiais e extraordinários
Assembleia Legislativa .....	2.497.929.012	79.461.569
Tribunal de Contas .....	849.978.539	-
Governo do Estado .....	2.756.774.774	161.223.874
Secretaria do Interior e Justiça .....	5.325.990.551	1.421.999
Secretaria da Fazenda .....	144.106.669.637	1.405.900.677
Secretaria das Obras Públicas .....	10.165.302.751	201.582.495
Secretaria da Agricultura .....	7.588.964.479	135.300.180
Secretaria de Educação e Cultura .....	82.923.330.290	1.087.576.907
Secretaria da Segurança Pública .....	26.387.471.500	102.054.659
Secretaria da Administração .....	1.166.442.682	9.855.987
Secretaria da Saúde .....	9.774.997.379	21.999.746
Secretaria da Economia .....	1.087.912.045	409.953.895
Secretaria dos Transportes .....	867.203.488	260.000.000
Secretaria do Trabalho e Habitação .....	1.829.821.950	500.000.000
Secretaria de Energia e Comunicações .....	38.265.557	-
Justiça .....	5.371.166.419	-
	<u>302.738.221.053</u>	<u>4.376.331.988</u>

A despesa realizada, segundo os elementos, encontra-se detalhada nos anexos ao Balanço Financeiro, conforme prescreve a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Dada a minúcia dessa especificação, a sua análise nesta exposição perde o seu significado.

A orientação impressa pelo Governo aos vários setores da administração tem realce na classificação funcional da despesa. O desdobramento dos gastos por função e subfunção figura, conjugado com outras classificações, em diversos demonstrativos que ilustram o Balanço Financeiro.

Sinteticamente, a despesa por função assim se apresenta:

		%
0 - Governo e Administração Geral .....	56.824.895.809	18,5
1 - Encargos Gerais.....	53.214.315.595	17,3
2 - Recursos Naturais e Agropecuários.....	9.354.168.204	3,0
3 - Energia .....	34.655.028.672	11,3
4 - Transportes e Comunicações.....	4.299.409.287	1,4
5 - Indústria e Comércio.....	4.669.604.000	1,5
6 - Educação e Cultura .....	86.035.984.156	28,1
7 - Saúde .....	9.512.615.655	3,1
8 - Trabalho, Previdência e Assistência Social.....	41.583.589.997	13,5
9 - Habitação e Serviços Urbanos .....	6.964.941.656	2,3
	<u>307.114.553.041</u>	<u>100,0</u>

Através dos dados expostos, verifica-se que o ensino continua sendo uma das metas fundamentais da administração estadual.

As maciças aplicações realizadas neste setor constituem a maior parcela da despesa do Estado, isto é, 28,1 %.

O montante destes dispêndios ultrapassou em 71,8 % o mínimo a ser aplicado no ensino, isto é, 20 % do produto de impostos, nos termos do artigo 192, inciso I, da Constituição do Estado, e a receita da taxa de educação.

Destacam-se, ainda, pelo volume de gastos, os seguintes setores: "Governo e Administração Geral", "Encargos Gerais", "Trabalho, Previdência e Assistência Social" e "Energia".

Reunidos no grupo "Governo e Administração Geral" encontram-se os dispêndios realizados com a administração, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, a polícia e segurança, planejamento, pesquisa e assistência técnica, além de outros gastos de menor significação, representando 18,5 % da despesa geral.

Sob a classificação "Encargos Gerais", com 17,3 % da despesa total, agrupam-se os gastos realizados com a dívida pública fundada e flutuante, além das transferências às entidades autárquicas e municipais.

Com 13,5 % da despesa global, comparecem as despesas realizadas no setor "Trabalho, Previdência e Assistência Social" e relacionadas com o pagamento de proventos a inativos civis e militares, pensões, salário-família, abono familiar e gastos com previdência social.

Os gastos com "Energia" atingiram 11,3 % da despesa global, quando no ano anterior situaram-se em apenas 0,8 % do total dos dispêndios. Deve-se essa disparidade ao fato de, em 1964, não ter sido imputada à despesa a aplicação do produto da taxa de eletrificação e comunicações vinculada ao Plano de Eletrificação do Estado, em virtude de a Companhia Estadual de Energia Elétrica não ter promovido, naquele ano, o aumento do seu capital social. Estes recursos, todavia, foram utilizados em 1965, juntamente com os da competência do mesmo exercício.



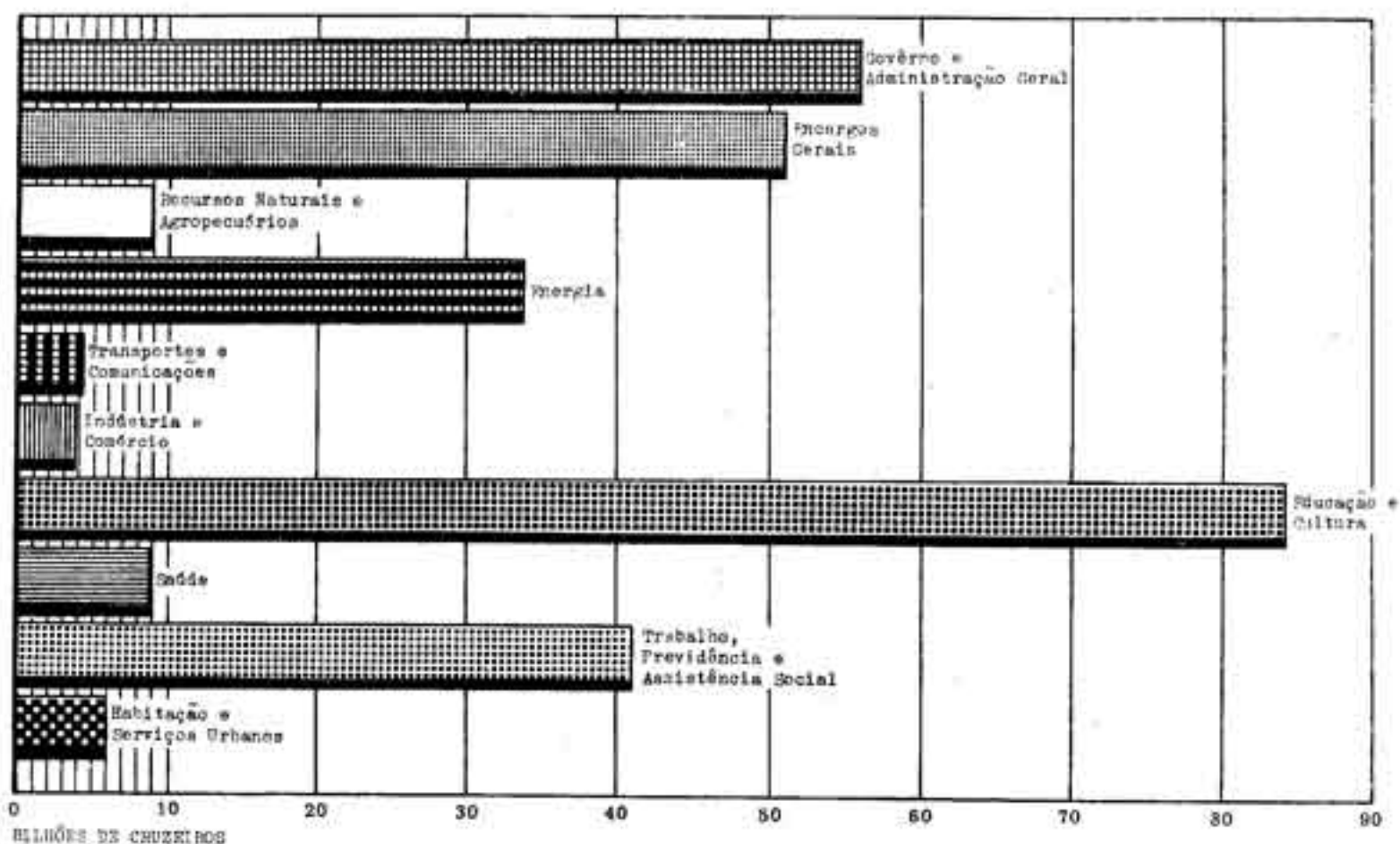
Nos demais campos da administração, foram aplicados recursos que oscilaram entre 1,4% e 3,1% da despesa geral.

Os dados a seguir melhor evidenciam as aplicações feitas nos diversos setores da administração pública nos dois últimos exercícios:

Funções	Despesa realizada		Percentagens	
	Valores absolutos 1964	Valores absolutos 1965	1964	1965
0 - Governo e Administração Geral..	30.816.578.647	56.824.895.809	19,8	18,5
1 - Encargos Gerais..	30.144.088.873	53.214.315.595	19,3	17,3
2 - Recursos Naturais e Agropecuários.	6.278.206.357	9.354.168.204	4,0	3,0
3 - Energia .....	1.238.292.548	34.655.028.672	0,8	11,3
4 - Transportes e Comunicações .....	5.210.858.200	4.299.409.297	3,3	1,4
5 - Indústria e Comércio .....	2.667.980.140	4.669.604.000	1,7	1,5
6 - Educação e Cultura .....	44.708.119.025	86.035.984.156	28,7	28,1
7 - Saúde.....	6.611.395.059	9.512.615.655	4,2	3,1
8 - Trabalho, Previdência e Assistência Social.....	23.328.242.137	41.583.589.997	15,0	13,5
9 - Habitação e Serviços Urbanos ....	5.048.479.828	6.964.941.656	3,2	2,3
	<u>156.052.240.814</u>	<u>307.114.553.041</u>	<u>100,0</u>	<u>100,0</u>

A classificação funcional da despesa realizada é demonstrada, graficamente, no quadro seguinte.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÕES



Sobremodo significativo é o desdobramento da despesa por categoria econômica, que assim se apresenta:

<b>Despesas Correntes</b>		
Despesas de Custeio .....	159.600.578.499	
Transferências Correntes .....	<u>69.369.002.797</u>	228.969.581.296
<b>Despesas de Capital</b>		
Investimentos .....	41.075.824.173	
Inversões Financeiras.....	6.470.556.437	
Transferências de Capital .....	<u>30.598.591.135</u>	<u>78.144.971.745</u>
		<u>307.114.553.041</u>

#### CONFRONTO DA DESPESA FIXADA COM A REALIZADA

Além da importância que apresenta para o julgamento das contas governamentais, em face das limitações legais que à ação executiva são impostas através do orçamento e dos créditos especiais e extraordinários, o confronto da despesa realizada com aquelas autorizações proporciona, paralelamente, valiosos subsídios para o exame e análise dos resultados obtidos, bem como elementos capazes de informar as atividades futuras.

Com êsses objetivos, são elaborados os demonstrativos que constituem o II volume do Balanço Geral do Estado.

Cumprir destacar o fato de a despesa realizada ter-se circunscrito ao limite dos créditos votados, a exemplo do que ocorreu no ano de 1964.

Despesa por créditos ordinários - A Lei que aprovou o orçamento para 1965 fixou os créditos ordinários em Cr\$ 260.111.094.397. Esta quantia foi elevada para Cr\$ 312.195.966.941, através de numerosas alterações legalmente decretadas.

À conta destas autorizações foram realizadas despesas no valor de Cr\$ 302.738.221.053, verificando-se, destarte, economias no montante de ..... Cr\$ 9.457.745.888.

Conquanto apreciável em números absolutos, o saldo dos créditos ordinários não utilizado, em relação ao montante da despesa fixada, foi o menor do último quinquênio, como se vê através dos seguintes dados:

	1961	1962	1963	1964	1965
<b>Saldos verificados</b>					
(em milhões de cruzeiros) .....	1.169	1.741	2.374	20.921	9.457
<b>Percentagens</b>					
em relação à despesa fixada .....	5,2 %	5,6 %	3,9 %	12,9 %	3,0 %

Os saldos não utilizados apresentam, segundo os órgãos, a seguinte discriminação:

Assembléia Legislativa .....	196.780.621
Tribunal de Contas .....	11.021.217
Govêrno do Estado .....	354.197.786
Secretaria do Interior e Justiça .....	424.689.151
Secretaria da Fazenda .....	1.499.209.295
Secretaria das Obras Públicas .....	1.170.289.656
Secretaria da Agricultura .....	447.480.803
Secretaria de Educação e Cultura .....	2.800.691.328
Secretaria da Segurança Pública .....	420.201.689
Secretaria da Administração .....	25.581.382
Secretaria da Saúde.....	520.756.571
Secretaria da Economia .....	125.012.205
Secretaria dos Transportes .....	74.762.678
Secretaria do Trabalho e Habitação .....	174.265.050
Secretaria de Energia e Comunicações .....	714.939
Justiça .....	<u>1.212.091.517</u>
	<u>9.457.745.888</u>

A seguir, relacionam-se, com a indicação dos respectivos códigos, as rubricas que concorreram com as parcelas mais significativas para a formação daquelas economias.

#### Secretaria do Interior e Justiça

4.08	3.1.1.0	Pessoal	
	3.1.1.1.1.9	Vencimentos .....	155.357.132

#### Secretaria da Fazenda

5.08	3.1.4.0	Encargos Diversos	
	3.1.4.2	Despesas diversas da Dívida Flutuante.	140.520.039
	3.2.7.0	Juros da Dívida Pública	
	3.2.7.2	Fundada Externa .....	157.893.013
	4.3.1.0	Amortização da Dívida Pública	
	4.3.1.1	Fundada Interna .....	299.580.420

#### Secretaria das Obras Públicas

6.04	3.1.1.0	Pessoal	
	3.1.1.1.2.9	Salários de mensalistas .....	154.553.719
6.07	3.1.2.0	Material de Consumo	
	3.1.2.12	Material para conservação de bens móveis e imóveis .....	258.014.414
	3.1.3.0	Serviços de Terceiros	
	3.1.3.15	Serviço de conservação de bens móveis e imóveis .....	107.041.717

#### Secretaria de Educação e Cultura

8.02	3.1.1.0	Pessoal	
	3.1.1.1.1.5	Gratificações diversas .....	101.917.407
	3.1.1.1.1.9	Vencimentos .....	214.155.659
	3.1.1.1.2.8	Salários de contratados.....	936.110.361

8.03	3.1.1.0	Pessoal	
	3.1.1.1.5	Gratificações diversas .....	143.166.512
	3.1.1.1.2.5	Gratificações diversas .....	175.208.586
	3.1.1.1.2.8	Salários de contratados .....	140.779.689
8.04	3.1.2.0	Material de Consumo	
	3.1.2.19	Produtos para alimentação .....	181.469.384
Justiça			
16.01	4.1.1.0	Obras Públicas	
	4.1.1.3	Prosseguimento e conclusão de obras: Palácio da Justiça .....	272.106.095
	4.1.1.4	Instalações e equipamentos para obras: Palácio da Justiça .....	268.882.672
16.02	3.1.1.0	Pessoal	
	3.1.1.1.5	Gratificações diversas .....	360.559.665
	3.1.1.1.9	Vencimentos .....	223.849.862

Despesa por créditos especiais e extraordinários - No exercício de 1965, tiveram vigência, a par dos créditos ordinários, cem créditos especiais e um crédito extraordinário, cuja utilização contribuiu com Cr\$ 4.376.331.988 para a formação da despesa geral do Estado.

A comparação desta quantia com o montante daquelas autorizações, no valor de Cr\$ 8.211.005.794, revela que a parcela de Cr\$ 3.834.673.806 deixou de ser utilizada. Este saldo decompõe-se na seguinte forma:

Saldos transferidos para 1966 .....	3.326.492.854
Saldos extintos por perda de vigência.....	<u>508.180.952</u>
	<u>3.834.673.806</u>

Não podendo mais ser utilizados na realização de despesas, os saldos dos créditos extintos constituem-se em real economia.

Por sua vez, os saldos transferidos para o exercício seguinte são desdobrados em duas parcelas. Uma, do valor de Cr\$ 51.575.178, corresponde a despesas já empenhadas e que, por se tratar de serviços e fornecimentos ainda não ultimados, não foram objeto de liquidação no exercício. A outra, do valor de Cr\$ 3.274.917.676, é composta das autorizações de despesa que poderão ser utilizadas em 1966.

## EVOLUÇÃO DA DESPESA

Através do quadro constante da pág. 42, demonstra-se a evolução da despesa orçamentária no último lustro, segundo a natureza das autorizações, em números absolutos e relativos.

Do seu exame constata-se, de imediato, que a despesa realizada à conta dos créditos especiais e extraordinários equivalia, nos anos de 1961 a 1963, a mais de 50% dos gastos realizados com base nas autorizações ordinárias. A partir de 1964, todavia, essa situação anômala vem sendo gradativamente corrigida, o que revela o aprimoramento dos processos de elaboração orçamentária e o sadio propósito da administração no sentido de valer-se das autorizações especiais para os casos legalmente previstos.

EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR CRÉDITOS

NATUREZA	Números absolutos, em milhares de cruzeiros					Números relativos				
	1961	1962	1963	1964	1965	1961	1962	1963	1964	1965
Créditos ordinários	21.367.155	29.424.316	58.832.871	140.540.654	302.738.221	100	137	275	656	1.417
Créditos especiais e extraordinários...	12.758.384	17.869.462	31.827.917	15.511.588	4.376.332	100	140	249	121	34
Despesa geral .....	34.118.539	47.293.778	90.660.788	156.052.240	307.114.553	100	138	266	457	800

A despesa realizada em 1965, à conta de créditos especiais, representa menos da terça parte dos gastos da mesma natureza realizados no ano anterior. Por outro lado, o valor dos saldos transferidos para o ano seguinte é menor que o montante transportado para 1965.

A despesa geral do Estado sofreu, em 1965, um incremento da ordem de 96,8%, em relação ao ano anterior. Este crescimento deve-se a diversos fatores, destacando-se a revisão das vantagens do pessoal ativo e inativo, a elevação dos preços dos bens e serviços, em consequência do processo inflacionário, e a expansão dos serviços.

2.1.3 - DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

O confronto sumário entre as receitas e despesas, segundo as respectivas categorias econômicas em que se classificam, evidencia o resultado financeiro do exercício, como se demonstra:

	Receita	Despesa
Receitas e Despesas Correntes .....	237.677.621.350	228.969.581.296
Receitas e Despesas de Capital .....	6.624.695.103	78.144.971.745
Deficit financeiro .....	<u>62.812.236.588</u>	-
	<u>307.114.553.041</u>	<u>307.114.553.041</u>

Para melhor compreensão, este resultado pode ser analisado mediante a decomposição das entradas e saídas da mesma categoria, as quais, cotejadas, assim se apresentam:

Receitas Correntes	
Receita Tributária .....	218.076.330.195
Receita Patrimonial .....	459.358.138
Receita Industrial .....	7.950.820.931
Transferências Correntes .....	8.388.529.881
Receitas Diversas .....	<u>2.802.582.205</u>
	237.677.621.350

<b>Despesas Correntes</b>		
Despesas de Custeio .....	159.600.578.499	
Transferências Correntes .....	<u>69.369.002.797</u>	<u>228.969.581.296</u>
Superavit do orçamento corrente .....		<u>8.708.040.054</u>
<b>Despesas de Capital</b>		
Investimentos .....	41.075.824.173	
Inversões Financeiras .....	6.470.556.437	
Transferências de Capital .....	<u>30.598.591.135</u>	<u>78.144.971.745</u>
<b>Receitas de Capital</b>		
Operações de Crédito .....	6.417.420.213	
Alienação de Bens Móveis e Imóveis .....	182.274.890	
Amortização de Empréstimos Concedidos .....	<u>25.000.000</u>	<u>6.624.695.103</u>
Deficit do orçamento de capital .....		<u>71.520.276.642</u>

A conjugação dos resultados apresentados pelos orçamentos corrente e de capital põe em relêvo o resultado final da execução orçamentária, como se apresenta:

Deficit do orçamento de capital .....	71.520.276.642
Menos: Superavit do orçamento corrente ...	<u>8.708.040.054</u>
Deficit financeiro do exercício .....	<u>62.812.236.588</u>

Esta apuração é evidenciada, também, no quadro que segue:

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RECEITA	Cr\$	Cr\$	DESPESA	Cr\$	Cr\$
<b>RECEITAS CORRENTES</b>			<b>DESPESAS CORRENTES</b>		
Receita Tributária .....	218.076.330.195		Despesas de Custeio .....	159.600.578.499	
Receita Patrimonial .....	459.358.138		Transferências Correntes .....	<u>69.369.002.797</u>	<u>228.969.581.296</u>
Receita Industrial .....	7.950.820.931		Superavit .....		<u>8.708.040.054</u>
Transferências Correntes .....	8.388.529.881	<u>237.677.621.350</u>			<u>237.677.621.350</u>
Receitas Diversas .....	<u>2.802.582.205</u>				
		<u>237.677.621.350</u>			
Superavit do orçamento corrente .....		8.708.040.054			
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>			<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		
Operações de Crédito .....	6.417.420.213		Investimentos .....	41.075.824.173	
Alienação de Bens Móveis e Imóveis .....	182.274.890		Inversões Financeiras ...	6.470.556.437	
Amortização de Empréstimos Concedidos .....	<u>25.000.000</u>	<u>6.624.695.103</u>	Transferências de Capital .....	<u>30.598.591.135</u>	<u>78.144.971.745</u>
Deficit .....		<u>62.812.236.588</u>			
		<u>78.144.971.745</u>			<u>78.144.971.745</u>

2.1.4 - ANÁLISE DO RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

O plano geral dos gastos para 1965 e dos recursos a êles vinculados, objeto de minuciosa análise no primeiro capítulo da presente exposição, compreendia o deficit presumível de Cr\$ 61.099.994.794, quase o triplo do deficit previsto no orçamento.

No entanto, o deficit resultante da execução orçamentária, apurado ao término do exercício, elevou-se para Cr\$ 62.812.236.588, ultrapassando de .. Cr\$ 1.712.241.794 o deficit presuntivo.

Não é supérfluo repetir-se que isso foi causado pelo impacto sofrido pelas principais fontes da receita tributária do Estado, em decorrência dos calamitosos fenômenos climáticos que assolaram o Rio Grande do Sul, no início do terceiro trimestre de 1965, e cujas conseqüências se fizeram sentir até princípios de 1966.

O resultado negativo da execução orçamentária é demonstrado, em sua expressão mais simples, da seguinte forma:

Despesa realizada ...	307.114.553.041
Receita realizada....	<u>244.302.316.453</u>
Deficit financeiro....	<u>62.812.236.588</u>

Ao analisar-se, no capítulo inicial, as despesas autorizadas e os recursos financeiros, demonstrou-se que a maior parte dos gastos tinha por cobertura recursos ordinários do exercício, enquanto o restante das autorizações se vinculava a recursos de operações de crédito e de exercícios anteriores.

Decompondo-se, segundo as vinculações legais e técnicas, tanto a receita como a despesa realizadas, demonstra-se, com maior clareza, a origem do resultado da gestão orçamentária:

#### Receita realizada

a) Recursos ordinários .....		237.884.896.240
b) Operações de crédito		
Empréstimo II Plano de Obras do Estado		
Lei nº 3.601, de 1/12/58:		
Emissão de apólices:		
6ª série - Dec. 13.368, de 6/4/62...	612.426.613	
Empréstimo Programa Preliminar de Investimentos - Lei nº 4.387, de 6/12/62:		
Emissão de apólices:		
1ª série - Dec. 15.043, de 29/3/63..	230.750.000	
Empréstimo Consolidação de Dívidas Flutuantes - Lei nº 4.426, de 21/12/62:		
Dec. 15.630, de 25/9/63 .....	206.002.000	
Empréstimo Lei nº 4.873, de 22/12/64 - Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	793.000.000	
Empréstimo Lei nº 4.931, de 13/2/65 - Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul .....	104.240.000	
Empréstimo Lei Federal nº 4.770, de 15/9/65 - Governo Federal .....	<u>4.471.001.600</u>	<u>6.417.420.213</u>
		<u>244.302.316.453</u>

#### Despesa realizada

a) Com cobertura em recursos ordinários .....	268.835.348.622
---	-----------------

b) Com cobertura em operações de crédito

Empréstimo II Plano de Obras do Estado  
Lei nº 3.601, de 1/12/58:

Emissão de apólices:

1ª série - Dec. 10.716, de 27/8/59 ..	54.307.212	
4ª série - Dec. 12.465, de 30/6/61 ..	4.955.221	
6ª série - Dec. 13.368, de 6/4/62 ..	90.527.172	
8ª série - Dec. 14.468, de 10/12/62 ..	85.384.600	

Empréstimo contratado

Empréstimo de 1 bilhão de cruzeiros - Banco do Brasil S.A. ....		94.024
---	--	--------

Empréstimo Programa Preliminar de Investimentos - Lei nº 4.387, de 6/12/62:

Emissão de apólices:

1ª série - Dec. 15.043, de 29/3/63 ..	49.000.000	
2ª série - Dec. 15.637, de 26/9/63 ..	259.500.000	
3ª série - Dec. 16.211, de 28/12/63 ..	294.739.888	

Empréstimo Consolidação de Dívidas Flutuantes - Lei nº 4.426, de 21/12/62:

Emissão de apólices:

Dec. 15.630, de 25/9/63 .....	207.096.729	
-------------------------------	-------------	--

Empréstimo Lei nº 5.127, de 7/12/65:

Emissão de apólices .....	10.000.000.000	
---------------------------	----------------	--

Empréstimo Lei nº 5.162, de 17/12/65:

Emissão de apólices .....	10.000.000.000	
---------------------------	----------------	--

Empréstimos contratados:

Empréstimo de 800 milhões de cruzeiros - Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Lei nº 4.873, de 22/12/64 ..	300.109.235	
---	-------------	--

Empréstimo Lei nº 4.931, de 13/2/65 - Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul .....

	<u>75.964.562</u>	21.421.678.643
--	-------------------	----------------

c) Com cobertura em recursos de exercícios anteriores

Redução de dotações do orçamento de 1960	5.460.108	
Maior arrecadação da taxa de desenvolvimento agrícola verificada em 1960 ..	1.614.596	
Redução de dotações do orçamento de 1961	2.200.000	
Redução de dotações do orçamento de 1962	144.142.581	
Maior arrecadação da taxa de educação verificada em 1962 .....	908.063	
Maior arrecadação da taxa de desenvolvimento agrícola verificada em 1962 ..	15.953.950	
Redução de dotações do orçamento de 1963	27.490.073	
Maior arrecadação de 1963:		
Taxa de desenvolvimento agropecuário	3.836.455	
Departamento da Loteria do Estado ...	116.465.000	
Redução de dotações do orçamento de 1964	1.483.671.196	
Maior arrecadação de 1964:		
Taxa de transportes .....	1.282.119.922	
Taxa de eletrificação e comunicações ..	<u>13.473.881.731</u>	16.557.543.675

d) Sem indicação de recursos .....		<u>299.982.101</u>
		<u>307.114.553.041</u>



Cotejando-se a soma dos recursos ordinários com o total da despesa realizada à conta dos mesmos, tem-se o resultado seguinte:

Despesa realizada à conta de recursos ordinários .....	269.135.330.723
Recursos ordinários obtidos.....	<u>237.884.896.240</u>
Deficit dos recursos ordinários.....	<u>31.250.434.483</u>

Este resultado parcial pode ser melhor apreciado, decompondo-se a despesa segundo a natureza das respectivas autorizações, como segue:

Despesa realizada com cobertura em recursos ordinários:	
à conta do orçamento.....	267.963.532.567
à conta de créditos especiais.....	871.816.055
à conta de créditos extraordinários.....	<u>299.982.101</u>
	269.135.330.723
Recursos ordinários obtidos.....	<u>237.884.896.240</u>
Deficit dos recursos ordinários.....	<u>31.250.434.483</u>

Por sua vez, as despesas realizadas com cobertura no produto de operações de crédito suplantaram a receita proporcionada por essas operações, como se demonstra:

Despesa realizada com recursos em operações de crédito:	
à conta de créditos especiais.....	1.421.078.643
à conta do orçamento.....	<u>20.000.600.000</u>
	21.421.678.643
Receita de operações de crédito .....	<u>6.417.420.213</u>
Deficit do produto de operações de crédito .....	<u>15.004.258.430</u>

Pelo fato de terem sido imputados ao resultado financeiro do exercício a que se referem, os recursos de exercícios anteriores, embora legalmente hábeis, não se caracterizam como recursos efetivos.

Por essa razão, a despesa realizada à conta desses recursos, no montante de Cr\$ 16.557.543.675, constitui-se em componente negativo na apuração do resultado financeiro em análise.

Com os elementos expostos, pode-se, agora, revelar analiticamente a origem do resultado financeiro:

Deficit de recursos ordinários.....	31.250.434.483
Deficit do produto de operações de crédito .....	15.004.258.430
Despesa realizada à conta de recursos de exercícios anteriores	<u>16.557.543.675</u>
Deficit financeiro do exercício.....	<u>62.812.236.588</u>

O resultado do exercício de 1965 sofreu o agravamento de ..... Cr\$ 10.975.277.500, em virtude de, no ano anterior, não ter sido imputada à despesa realizada a mencionada quantia. Trata-se da aplicação do produto da taxa de eletrificação e comunicações - recurso vinculado à integralização do capi-

tal subscrito pelo Estado em empresas de economia mista - cuja utilização estava na dependência da elevação do capital daquelas entidades, o que se verificou em 1965.

Não fôsse esse fato, o deficit financeiro do exercício sob exame teria sido da ordem de Cr\$ 51.836.959.088.

## 2.2.0 - OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS

Sob este título, estão compreendidas as entradas e saídas financeiras que, por sua natureza, se processam à margem das autorizações orçamentárias. Constan do Balanço Financeiro grupadas como segue:

### a) Receita

Restos a Pagar (contrapartida da despesa empenhada).....	47.707.509.049
Serviço da Dívida a Pagar .....	5.954.473.853
Depósitos .....	15.161.028.805
Outras operações .....	<u>63.710.674.613</u>
	<u>132.533.686.320</u>

### b) Despesa

Restos a Pagar .....	14.842.152.763
Serviço da Dívida a Pagar.....	5.237.254.150
Depósitos .....	12.323.122.195
Outras operações .....	<u>33.732.290.691</u>
	<u>66.134.819.799</u>

As receitas e despesas extra-orçamentárias, segundo sua origem, podem ser sintetizadas nas seguintes classes:

### a) Receita

Recebimento de créditos .....	13.825.820.940
Formação de dívidas .....	<u>118.707.865.380</u>
	<u>132.533.686.320</u>

### b) Despesa

Pagamento de dívidas .....	63.845.575.304
Formação de créditos .....	<u>2.289.244.495</u>
	<u>66.134.819.799</u>

2.2.1 - RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Recebimento de créditos - Dos créditos inscritos no ativo financeiro, foram recebidos os seguintes:

Devedores Diversos

Devedores do Departamento de Imprensa Oficial .....	205.457.852
Departamento da Loteria do Estado .....	18.648.852
Companhia Estadual de Energia Elétrica, c/Antecipação da Taxa de Eletrificação e Comunicações .....	12.242.558.121
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações, c/Antecipação da Taxa de Eletrificação e Comunicações .....	196.209.886
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Provisão ....	400.000.000
Outras contas .....	12.246.233
	<u>13.075.120.944</u>

Prefeituras

Contribuições devidas ao Estado, referentes a exercícios anteriores .....	27.472.252
Cobrança de créditos de outras origens .....	13.020.826
	<u>40.493.078</u>

Diversos Responsáveis

Recolhimentos no exercício .....	<u>40.311.525</u>
----------------------------------	-------------------

Suprimentos Autorizados

Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes .....	46.803.817
Instituto Rio-Grandense do Arroz .....	169.219.775
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais .....	431.976.801
	<u>648.000.393</u>

Outras contas .....	<u>21.895.000</u>
---------------------	-------------------

Formação de dívidas - Nesta classificação grupam-se as receitas extra-orçamentárias que resultam em formação de dívida fluante. Compreendem-se como tais os ingressos decorrentes de depósitos, de empréstimos por antecipação da receita, de lançamento de letras do Tesouro, a contrapartida da despesa empenhada e não paga e outras operações, conforme se especificam:

Restos a Pagar de 1965

a) Despesa processada:

Contas a Pagar .....	5.322.466.803	
Vencimentos a Pagar .....	29.469.320.406	
Fôlhas a Pagar .....	<u>2.311.543.844</u>	37.103.331.053

b) Despesa não processada		
Empenhos a Liquidar.....		<u>10.604.177.996</u>
		47.707.509.049
Depósitos Recebidos		
Cauções .....		14.332.831
Retenções.....		3.191.131
Depósitos de Responsáveis.....		5.000
Depósitos Públicos e Judiciais .....		60.487.204
Depósitos de Consignatários		
União dos Funcionários da Fazenda Esta- dual .....	36.444.624	
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul .....	1.529.588.202	
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul .....	4.958.445.769	
Cooperativa de Consumo dos Servidores Públicos Ltda. ....	254.124.658	
Corpo da Guarda de Trânsito .....	133.685.731	
Governo Federal, c/Empréstimo Com- pulsório - Lei nº 4.242/63 .....	13.835.005	
Sociedade Financeira dos Servidores.....	76.845.365	
Divisão da Guarda Civil.....	400.575.549	
Companhia de Previdência do Sul, c/Prê- mios de Seguro .....	224.504.828	
Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Rio Grande do Sul .....	364.874.894	
Companhia Seguradora Brasileira, c/Prê- mios de Seguro .....	86.504.724	
Governo Federal, c/Imposto de Renda ...	2.098.564.050	
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Servi- ços Públicos.....	755.882.564	
Associação dos Fiscais do Imposto sobre Vendas e Consignações .....	18.229.900	
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul, c/Empréstimo Compulsório - Lei Federal nº 4.621/65 .....	124.007.780	
Outras contas .....	<u>50.301.970</u>	11.126.415.613
Depósitos de Autarquias		
Instituto Rio-Grandense do Arroz, c/Dí- vida Ativa .....	45.822.624	
Instituto Rio-Grandense do Arroz, c/Ta- xa de Cooperação e Defesa da Orizicul- tura .....	1.793.529.666	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa de Fiscalização de A- gências e Estações Rodoviárias.....	25.890.993	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa Rodoviária .....	603.323.178	
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, c/Taxa de Cooperação .....	289.346.766	
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, c/Fundo de Cooperação da Classe Rural	92.913.468	
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, c/Dívida Ativa .....	29.739.062	
Outras contas .....	<u>3.724.001</u>	2.884.289.758

Depósitos Diversos

Hospital Psiquiátrico São Pedro.....	58.733.550	
Pensões Alimentícias.....	106.474.738	
Penitenciária Estadual.....	10.929.574	
Comissão sobre Cobrança da Dívida Ativa	305.088.290	
Receita a Restituir - 1965.....	72.452.924	
Vencimentos não Reclamados.....	47.546.140	
Depósitos, c/Tributos Diversos.....	435.370.454	
Banco Nacional do Desenvolvimento Eco- nômico, c/Quota-parte do impôsto único sobre energia elétrica das Prefeituras Municipais.....	23.693.754	
Outras contas.....	<u>12.017.844</u>	1.072.307.268

Outras Operações

Contribuições para Autarquias

Banco Regional de Desenvolvimento do Ex- tremo Sul, c/Contribuição.....	2.260.279.000	
Comissão Estadual de Silos e Armazéns, c/Taxa de Transportes.....	2.238.390.000	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Contribuição.....	2.500.000.000	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Abono Provisório.....	928.818.000	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa de Transportes.....	9.248.977.064	
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, c/Emissão de Apólices.....	250.000.000	
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, c/Contribuição.....	5.925.000.000	
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, c/Taxa de Transportes.....	3.169.517.252	
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, c/Abono Familiar - Lei nº 2.605/55.....	20.500.000	
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, c/Contribuição Fixa....	1.325.000.000	
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, c/Lei nº 4.171/61.....	1.322.997.278	
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, c/Amparo Mútuo.....	550.000	
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, c/Contribuição Variável.	766.169.379	
Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul, c/Contribuição.....	700.000.000	
Instituto Rio-Grandense do Arroz, c/Con- tribuição.....	582.766.892	
Departamento Estadual de Abastecimento de Leite, c/Emissão de Apólices.....	<u>210.074.888</u>	31.449.039.753
Prefeituras, c/Contribuição do Estado.....		269.220.946
Serviço da Dívida Externa.....		494.747.574
Serviço da Dívida Interna.....		5.459.651.279
Serviço da Dívida Flutuante.....		75.000
Cheques a Pagar, c/José Teixeira Veloso da Silveira.....		268.621.291
Letras do Tesouro.....		4.843.611.150
Comissão Estadual de Compras		
Fundo de Estoque de Material.....	80.429.546	
Empenhos, c/Fundo de Estoque de Material	<u>16.060.883</u>	96.490.429

<b>Credores Diversos</b>		
Companhia Estadual de Energia Elétrica, c/Subscrição de Capital.....	3.608.995.699	
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, c/Taxa de Investimentos da Pecuária.....	707.850.000	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Liquidação do Ativo do Banco Pelotense.....	24.814.059	
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul, c/Antecipação da Receita.....	2.199.883.333	
Banco da Província do Rio Grande do Sul S.A., c/Antecipação da Receita.....	502.072.801	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Antecipação da Receita.....	5.813.500.375	
Banco Industrial e Comercial do Sul S.A., c/Antecipação da Receita.....	100.032.877	
Outras contas.....	<u>720.960</u>	<u>12.957.870.104</u>
		<u>118.707.865.380</u>

## 2.2.2 - DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Pagamento de dívidas - Nesta classe de saídas figuram o pagamento de resíduos passivos, a restituição de depósitos e o resgate de letras do Tesouro e de empréstimos por antecipação da receita. Estas operações assim se detalham:

<b>Restos a Pagar</b>		
de 1960.....		65.580.332
de 1961.....		13.330.032
de 1962.....		46.212.417
de 1963.....		149.559.583
de 1964.....		<u>14.567.470.399</u>
		<u>14.842.152.763</u>
<b>Depósitos Restituídos</b>		
Cauções.....		36.947.647
Retenções.....		2.161.156
Depósitos Públicos e Judiciais.....		65.000
Depósitos de Responsáveis.....		15.000
<b>Depósitos de Autarquias</b>		
Instituto Rio-Grandense do Arroz, c/Dívida Ativa.....	57.428.502	
Instituto Rio-Grandense do Arroz, c/Taxa de Cooperação e Defesa da Orizicultura	1.700.883.474	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa Rodoviária.....	582.535.557	
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, c/Taxa de Cooperação.....	289.346.766	
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, c/Fundo de Cooperação da Classe Rural	92.913.468	

Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes.	31.390.531	
Outras contas .....	<u>574.982</u>	2.755.073.280
<b>Depósitos de Consignatários</b>		
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul .....	3.339.722.978	
Cooperativa de Consumo dos Servidores Públicos Ltda. ....	263.219.680	
Corpo da Guarda de Trânsito .....	141.080.567	
Governo Federal, c/Empréstimo Compulsório - Lei Federal nº 4.242/63 .....	59.203.151	
Sociedade Financeira dos Servidores.....	76.840.300	
Divisão da Guarda Civil .....	391.511.808	
Companhia de Previdência do Sul, c/Prêmios de Seguro .....	227.715.389	
Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Rio Grande do Sul .....	371.723.853	
Companhia Seguradora Brasileira, c/Prêmios de Seguro .....	84.482.616	
Governo Federal, c/Imposto de Renda ...	1.563.677.984	
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos.....	514.486.814	
Associação dos Fiscais do Imposto sobre Vendas e Consignações .....	17.544.398	
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul, c/Empréstimo Compulsório - Lei Federal nº 4.621/65 .....	108.088.822	
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul, c/Consignações .....	1.506.647.319	
União dos Funcionários da Fazenda Estadual .....	36.956.256	
Outras contas .....	<u>40.496.028</u>	8.743.397.963
<b>Depósitos Diversos</b>		
Hospital Psiquiátrico São Pedro.....	54.292.640	
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos.....	35.064.671	
Pensões Alimentícias .....	104.473.344	
Comissão sobre Cobrança da Dívida Ativa Receita a Restituir - 1965 .....	304.712.645	
Vencimentos não Reclamados .....	36.340.650	
Depósitos, c/Tributos Diversos.....	37.514.828	
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, c/Lei nº 3.096/56.....	143.069.525	
Outras contas .....	45.054.034	
	<u>24.939.812</u>	785.462.149
<b>Outras Operações</b>		
<b>Contribuições para Autarquias</b>		
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, c/Contribuição .....	1.618.068.000	
Comissão Estadual de Silos e Armazéns, c/Taxa de Cooperação para Construção de Silos e Armazéns .....	1.864.952	
Comissão Estadual de Silos e Armazéns, c/Taxa de Transportes .....	1.983.609.448	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Contribuição .....	2.500.000.000	

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa de Transportes.....	7.944.437.787	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Emissão de Apólices.....	390.000.000	
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, c/Contribuição.....	4.525.666.674	
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, c/Taxa de Transportes.....	2.862.786.623	
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, c/Abono Familiar - Lei nº 2.605/55.....	15.000.000	
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, c/Lei nº 4.171/61.....	892.678.514	
Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul, c/Contribuição.....	582.666.343	
Instituto Rio-Grandense do Arroz, c/Contribuição.....	<u>582.766.892</u>	23.899.545.233
Prefeituras, c/Contribuição do Estado.....		14.584.000
Serviço da Dívida Interna.....		5.237.250.400
Serviço da Dívida Flutuante.....		3.750
Cheques a Pagar, c/José Teixeira Veloso da Silveira.....		195.703.082
Letras do Tesouro.....		2.958.336.200
Comissão Estadual de Compras		
Fundo de Estoque de Material.....	6.045.851	
Empenhos, c/Fundo de Estoque de Material.....	<u>24.067.203</u>	30.113.054
Credores Diversos		
Companhia Estadual de Energia Elétrica, c/Emissão de Apólices.....	328.800.000	
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, c/Taxa de Investimentos da Pecuária.....	709.733.066	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Antecipação da Receita.....	2.701.959.487	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Aumento de Capital.....	423.431.000	
Aços Finos Piratini S.A., c/Subscrição de Capital.....	137.178.042	
Outras contas.....	<u>43.663.032</u>	<u>4.344.764.627</u>
		<u>49.003.422.541</u>

Formação de créditos - Os créditos formados no exercício, resultantes das saídas financeiras, bem como de contrapartida da receita, desdobram-se da seguinte forma:

#### Devedores Diversos

Serviços faturados pelo Departamento de Imprensa Oficial.	1.278.843.322
Banco do Brasil S.A., c/Caixa de Amortização.....	47.508.336
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Carteira de Crédito Agrícola.....	117.611.916
Departamento da Loteria do Estado, c/Arrecadação.....	21.301.494
Indústrias Elétricas Brown Boveri S.A. ....	10.080.000
Outras contas.....	<u>44.066.552</u>
	<u>1.519.411.620</u>



**Suprimentos Autorizados**

Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes.....	360.483.580
Departamento Estadual de Abastecimento de Leite .....	<u>8.348.805</u>
	<u>368.832.385</u>

**Prefeituras**

Contribuições ao Estado, não recolhidas no exercício .....	30.350.998
Outros créditos formados no exercício.....	<u>235.912.667</u>
	<u>266.263.665</u>

**Diversos Responsáveis**

Glosas aplicadas .....	<u>134.736.825</u>
------------------------	--------------------

**2.3.0 - REFLEXOS DA GESTÃO FINANCEIRA SOBRE O PATRIMÔNIO**

A gestão financeira, compreendendo a execução do orçamento e as operações de natureza extra-orçamentária, objeto de análise anterior, determina alterações nos componentes do patrimônio financeiro.

Essas alterações, da equivalência do deficit decorrente da execução orçamentária, podem ser demonstradas, conjugando-se os componentes do patrimônio financeiro com as diferentes classes de operações extra-orçamentárias, como segue:

**1) Nas disponibilidades**

Situação final.....	12.368.012.672
Situação inicial.....	<u>8.781.382.739</u>
Aumento de disponibilidades .....	<u>3.586.629.933</u>

**2) No ativo realizável**

Recebimento de créditos.....	13.825.820.940
Formação de créditos .....	<u>2.289.244.495</u>
Diminuição de créditos .....	<u>11.536.576.445</u>

**3) Na dívida flutuante**

Formação de dívidas .....	118.707.865.380
Pagamento de dívidas .....	<u>63.845.575.304</u>
Aumento de dívidas .....	<u>54.862.290.076</u>

A síntese destas variações equivale, como já foi dito, ao resultado financeiro do exercício:

Variações passivas		
Aumento de dívidas .....	54.862.290.076	
Diminuição de créditos .....	<u>11.536.576.445</u>	66.398.866.521
Menos:		
Variações ativas		
Aumento de disponibilidades .....		<u>3.586.629.933</u>
Deficit financeiro do exercício .....		<u>62.812.236.588</u>

Os valores integrantes do patrimônio financeiro podem sofrer, ainda, modificações provenientes de fatos estranhos à gestão, que se constituem em superveniências e insubsistências tanto ativas como passivas. As alterações dessa ordem, todavia, são expostas no capítulo em que se demonstram as variações patrimoniais.

### 3 - BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial demonstra, sinteticamente, a composição qualitativa e quantitativa do patrimônio do Estado, em 31 de dezembro de 1965, bem como a respectiva situação líquida.

Os elementos patrimoniais classificam-se, qualitativamente, em dois grandes grupos, que representam o patrimônio financeiro e o patrimônio permanente.

O primeiro grupo abrange as disponibilidades e os créditos e valores realizáveis, como elementos ativos, e os débitos de tesouraria, a contrapartida de despesas empenhadas e não pagas e os depósitos de terceiros, como elementos passivos.

No segundo grupo, figuram, no ativo, os bens de uso especial, os valores inalienáveis, as inversões financeiras e os créditos de lenta realização e, no passivo, as dívidas consolidadas.

A situação líquida do patrimônio financeiro é negativa. Segundo as contas que o compõem, assim se apresenta:

#### Passivo

Restos a Pagar .....	53.196.846.850	
Serviço da Dívida a Pagar .....	5.177.759.840	
Depósitos .....	4.535.732.129	
Débitos de Tesouraria.....	11.941.801.984	
Diversos .....	<u>16.738.654.942</u>	91.590.795.745

#### Ativo

Disponível .....	12.368.012.645	
Realizável .....	<u>5.430.358.277</u>	<u>17.798.370.922</u>
Passivo financeiro descoberto .....		<u>73.792.424.823</u>

A situação líquida do patrimônio financeiro, que já era negativa ao termo do exercício anterior, sofreu profundo agravamento em 1965, da ordem de

Cr\$ 62.842.828.785. Essa deterioração da situação financeira líquida deve-se, de modo especial, ao resultado deficitário da execução orçamentária e, secundariamente, às variações de natureza extra-orçamentária, conforme evidenciam os dados que seguem:

Passivo financeiro descoberto em 31/12/64.....		10.949.596.038
Mais:		
Deficit financeiro do exercício ..	62.812.236.588	
Insubsistências passivas .....	<u>30.592.248</u>	<u>62.842.828.836</u>
		73.792.424.874
Menos:		
Insubsistências ativas.....		<u>51</u>
		<u>73.792.424.823</u>

Contrariamente ao que ocorre com o patrimônio financeiro, o de natureza permanente apresenta uma situação líquida positiva.

Os componentes do patrimônio permanente podem ser assim sintetizados:

#### Ativo

Bens móveis .....	7.259.149.220	
Bens imóveis .....	11.273.077.358	
Bens de natureza industrial.....	3.521.770.327	
Devedores por empréstimos .....	1.625.443.383	
Valôres inalienáveis .....	75.699.281.752	
BERGS, c/Fundo de Financiamento da Indústria Hoteleira.....	10.000.000	
BERGS, c/Carteira de Crédito Agrícola...	116.854.255	
BRDE, c/Fundo de Cooperação Financeira.	4.980.693.690	
Valôres ativos em liquidação.....	13.144.108	
Almoxarifados.....	1.944.021.309	
Outros créditos.....	<u>3.983.881.219</u>	<u>110.427.316.621</u>

#### Passivo

Dívida fundada interna.....	23.014.001.732	
Dívida fundada externa .....	<u>5.720.286.110</u>	<u>28.734.287.842</u>
Ativo permanente líquido .....		<u>81.693.028.779</u>

Mediante a conjugação das situações líquidas apresentadas, determina-se o saldo do patrimônio do Estado, como se demonstra:

Ativo permanente líquido .....	81.693.028.779
Passivo financeiro descoberto .....	<u>73.792.424.823</u>
Ativo Real Líquido em 31/12/65 .....	<u>7.900.603.956</u>

O Balanço Patrimonial revela, por último, através das contas de compensação, as garantias dadas ou recebidas pelo Estado, os valores nominais emitidos e outras situações que, sem integrarem o patrimônio real, podem vir, mediata ou indiretamente, a afetá-lo.

Essas contas de compensação são assim resumidas:

Valôres em poder de terceiros .....	10.846.373.300
Valôres de terceiros .....	688.336.813
Valôres nominais emitidos.....	59.076.077.742
Diversos.....	<u>6.819.044.359</u>
	<u>77.429.832.214</u>

### 3.1.0 - ATIVO DO ESTADO

Compõe a substância do patrimônio administrativo do Estado o agregado de valôres, créditos e bens que, qualitativamente, se classifica em ativo financeiro e ativo permanente.

Estas classes de componentes serão objeto da apreciação que se fará a seguir.

### 3.1.1 - ATIVO FINANCEIRO

Ao término do exercício de 1965, os valôres disponíveis e realizáveis, que compõem o ativo financeiro, somaram Cr\$ 17.798.370.922. Êstes valôres sofreram uma redução líquida de Cr\$ 7.980.538.760, em relação aos existentes no início do período. Eis como se demonstra êste fato:

	1965	1964	Diferença
Disponível.....	12.368.012.645	8.781.382.739	+ 3.586.629.906
Realizável.....	<u>5.430.358.277</u>	<u>16.997.526.943</u>	<u>-11.567.168.666</u>
	<u>17.798.370.922</u>	<u>25.778.909.682</u>	<u>- 7.980.538.760</u>

As disponibilidades assim se desdobram:

Em caixa .....	3.229.313.874
Em bancos .....	6.473.184.432
Nas exatorias .....	1.912.297.996

Em trânsito .....	753.126.937
Em moedas e metais .....	<u>89.406</u>
	<u>12.368.012.645</u>

Os valores realizáveis grupam-se nos seguintes títulos:

Devedores Diversos.....	3.697.935.825
Suprimentos Autorizados .....	1.204.950.045
Prefeituras, c/Contribuições ....	3.363.209
Prefeituras, c/Devedoras .....	386.794.206
Valôres do Estado .....	16.937.786
Diversos Responsáveis .....	<u>120.377.206</u>
	<u>5.430.358.277</u>

Os componentes do ativo financeiro disponível e realizável são minuciosamente discriminados em numerosos demonstrativos que ilustram o Balanço Patrimonial. Convém, todavia, destacar os valores mais significativos, compreendidos nas contas que integram o ativo realizável.

Em "Devedores Diversos", destacam-se: os devedores do Departamento de Imprensa Oficial, principalmente repartições estaduais, com ..... Cr\$ 2.296.725.056; a Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações com..... Cr\$ 554.424.705, como antecipação do produto da taxa de eletrificação e comunicações; o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. com Cr\$ 539.394.705, relativos ao Fundo da Carteira de Crédito Agrícola e não imputados à despesa; a Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul com Cr\$ 149.758.000, relativos ao depósito efetuado para imissão de posse de bens pertencentes à Companhia Telefônica Nacional.

Na conta "Suprimentos Autorizados", figuram débitos de várias entidades, salientando-se os das seguintes autarquias estaduais: Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem com Cr\$ 542.089.327; Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes com Cr\$ 410.483.580.

Sob este mesmo título registra-se, ainda, o débito da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, no valor de Cr\$ 240.792.008, relativo às entregas feitas pelo Tesouro, destinadas ao atendimento de encargos de responsabilidade do Estado, e cuja liquidação se encontra na dependência de encontro de contas a ser efetuado.

Estão compreendidos em "Prefeituras, c/Contribuições" os créditos do Estado frente a várias prefeituras, resultantes de contribuições devidas pelas mesmas. Destaca-se a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul com..... Cr\$ 3.312.087, relativos ao Empréstimo Externo de 1927.

As responsabilidades de diversas origens de prefeituras municipais, no valor de Cr\$ 386.794.206, figuram na conta "Prefeituras, c/Devedoras", distinguindo-se a Prefeitura Municipal de Pôrto Alegre com..... Cr\$ 279.708.056, relativos ao produto da taxa do Corpo de Bombeiros, e a Prefeitura Municipal de Rio Grande com Cr\$ 92.500.000, referentes ao serviço de empréstimo concedido pelo Estado e a adiantamentos de contribuições.

No grupo "Valôres do Estado", classificam-se os títulos de renda pertencentes ao Estado, por seu valor nominal, dentre os quais se salientam.... 12.310 ações da Companhia Brasileira do Cobre, 2.240 debêntures da Companhia Indústrias Gerais, Obras e Terras e 2.000 ações da Sociedade de Materiais Pró-Casa Popular.

Os débitos de numerosos servidores, resultantes de glosas impostas por pagamentos indevidos ou receitas não arrecadadas, no montante de ..... Cr\$ 120.377.206, estão compreendidos sob o título "Diversos Responsáveis".

### 3.1.2 - ATIVO PERMANENTE

Ao término do ano de 1965, os componentes do ativo permanente totalizaram Cr\$ 110.427.316.621. Compreendem-se neste grupo os bens de uso especial, os créditos de lenta realização, os valores gravados com a cláusula de inalienabilidade e outras inversões. Em relação à posição inicial, o valor dos componentes destas categorias apresenta um acréscimo no montante de ..... Cr\$ 48.991.341.711.

Parte dos bens e créditos do Estado encontram-se discriminados em quadros anexos ao Balanço Patrimonial. Os materiais depositados em almoxarifados são objeto de inventários analíticos que, embora não integrem o Balanço Geral, instruem os processos de tomada de contas dos responsáveis pela movimentação dos mesmos. Todavia, os componentes do ativo permanente, compreendidos nos grupos "Móveis e Utensílios", "Próprios do Estado" e "Bens de Natureza Industrial", não foram, ainda, inventariados.

Passa-se a tecer algumas considerações sobre os fatos de maior importância, relacionados com os componentes do ativo permanente, bem como a expor o conteúdo das contas que englobam os mencionados bens.

As participações do Estado no capital de diversas empresas figuram sob o título "Valores Inalienáveis". O total destas participações atinge a quantia de Cr\$ 75.699.281.752. Estes valores experimentaram excepcional acréscimo de Cr\$ 39.289.844.152 no ano findo. Deve-se este incremento, principalmente, ao aumento da participação do Estado na Companhia Estadual de Energia Elétrica, no montante de Cr\$ 34.616.825.515, e na Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações, na quantia de Cr\$ 3.341.927.437.

São as seguintes as entidades em cujo capital o Estado participa, sendo, na maioria delas, na qualidade de acionista majoritário:

Aços Finos Piratini S.A. ....	399.330.000
Açúcar Gaúcho S.A. - AGASA .....	500.000.000
Banco da Província do Rio Grande do Sul S.A. ....	1.091.200
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ....	4.234.300.000
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul .....	40.000.000
Companhia Estadual de Energia Elétrica .....	64.112.825.515
Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul - COHAB-RS .....	500.000.000
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações .....	4.590.577.437
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS .....	365.157.600
Produtos Gaúchos S.A. - PROGASA .....	200.000.000
S.A. Empresa de Viação Aérea Rio-Grandense - VARIG.....	756.000.000
	<u>75.699.281.752</u>

Os créditos de lenta realização estão grupados sob o título "Créditos", o qual assim se discrimina:

Dívida Ativa .....	3.569.715.340
Prefeituras, c/Empréstimo Externo 1927 .....	362.982.488
Prefeituras, c/Empréstimo Interno de Conversão da Dívida Externa.....	2.311.591
Governo Federal, c/Responsabilidades Diversas .....	48.871.800
Devedores por Empréstimos .....	<u>1.625.443.383</u>
	<u>5.609.324.602</u>

O saldo da "Dívida Ativa" supera em Cr\$ 1.651.566.161 o existente no final do ano anterior. As inscrições de novos créditos fiscais atingiram... Cr\$ 3.257.983.543, ao passo que as cobranças foram da ordem de ..... Cr\$ 1.606.417.382.

Os compromissos de algumas prefeituras municipais para com o Estado, decorrentes de empréstimos externos, sofreram uma redução de ..... Cr\$ 1.977.698.700, em virtude de amortizações e, principalmente, de reajustamentos em função da taxa cambial.

As responsabilidades do Governo Federal não sofreram alterações em 1965. Referem-se as mesmas, na sua maior parte, a aplicações de capital efetuadas pelo Estado na Viação Férrea do Rio Grande do Sul, as quais deverão ser restituídas pela União, de acordo com o disposto no instrumento de rescisão do contrato de arrendamento daquela Rêde.

Na conta "Devedores por Empréstimos", estão inscritos os seguintes débitos: Cr\$ 600.000.000 da Companhia Estadual de Energia Elétrica, resultantes do convênio firmado com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, em 22/6/60; Cr\$ 150.000.000 da Prefeitura Municipal de Rio Grande, relativos ao saldo do empréstimo concedido pelo Estado; Cr\$ 148.760.859 do Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, incluídos no contrato de unificação e consolidação de dívidas que o Estado firmou com o Banco do Brasil S.A., em 11/8/60; ..... Cr\$ 725.186.110 da Prefeitura Municipal de Pelotas, referentes ao Empréstimo Externo 1911; Cr\$ 844.489 da Varig S.A.; e Cr\$ 651.925 dos Serviços Telefônicos Retomados.

Em "Diversos", englobam-se os valores compreendidos nas demais contas. Estes componentes somam Cr\$ 7.064.713.362, assim distribuídos:

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Carteira de Crédito Agrícola.....	116.854.255
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Fundo de Financiamento à Indústria Hoteleira .....	10.000.000
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, c/Fundo de Cooperação Financeira .....	4.980.693.690
Valôres Ativos em Liquidação .....	13.144.108
Almoxarifados .....	<u>1.944.021.309</u>
	<u>7.064.713.362</u>

Sob o título "Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Carteira de Crédito Agrícola", constam as inversões efetuadas pelo Estado, nos termos da Lei nº 2.910, de 20 de agosto de 1956.

Os recursos previstos no Decreto nº 16.468, de 12 de fevereiro de 1964, destinados ao financiamento da indústria hoteleira, no valor de ..... Cr\$ 10.000.000, figuram na conta "Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Fundo de Financiamento à Indústria Hoteleira".



No título "Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, c/ Fundo de Cooperação Financeira", contabilizam-se as contribuições feitas pelo Estado, por força das disposições do § 1º do artigo 5º do Decreto Legislativo nº 1.528, de 21 de agosto de 1961, cuja soma atinge Cr\$ 4.980.693.690.

Os remanescentes do acervo do extinto Banco Pelotense, cuja liquidação vem sendo realizada pelo Estado, são classificados em "Valores Ativos em Liquidação".

Por fim, figuram os materiais existentes em depósito nos diversos almoxarifados, no total de Cr\$ 1.944.021.309. A movimentação desses materiais é submetida ao controle físico-contábil exercido pela Contadoria Geral do Estado.

### 3.2.0 - DÍVIDAS DO ESTADO

Em 31 de dezembro de 1965, as dívidas do Estado apresentaram a seguinte composição:

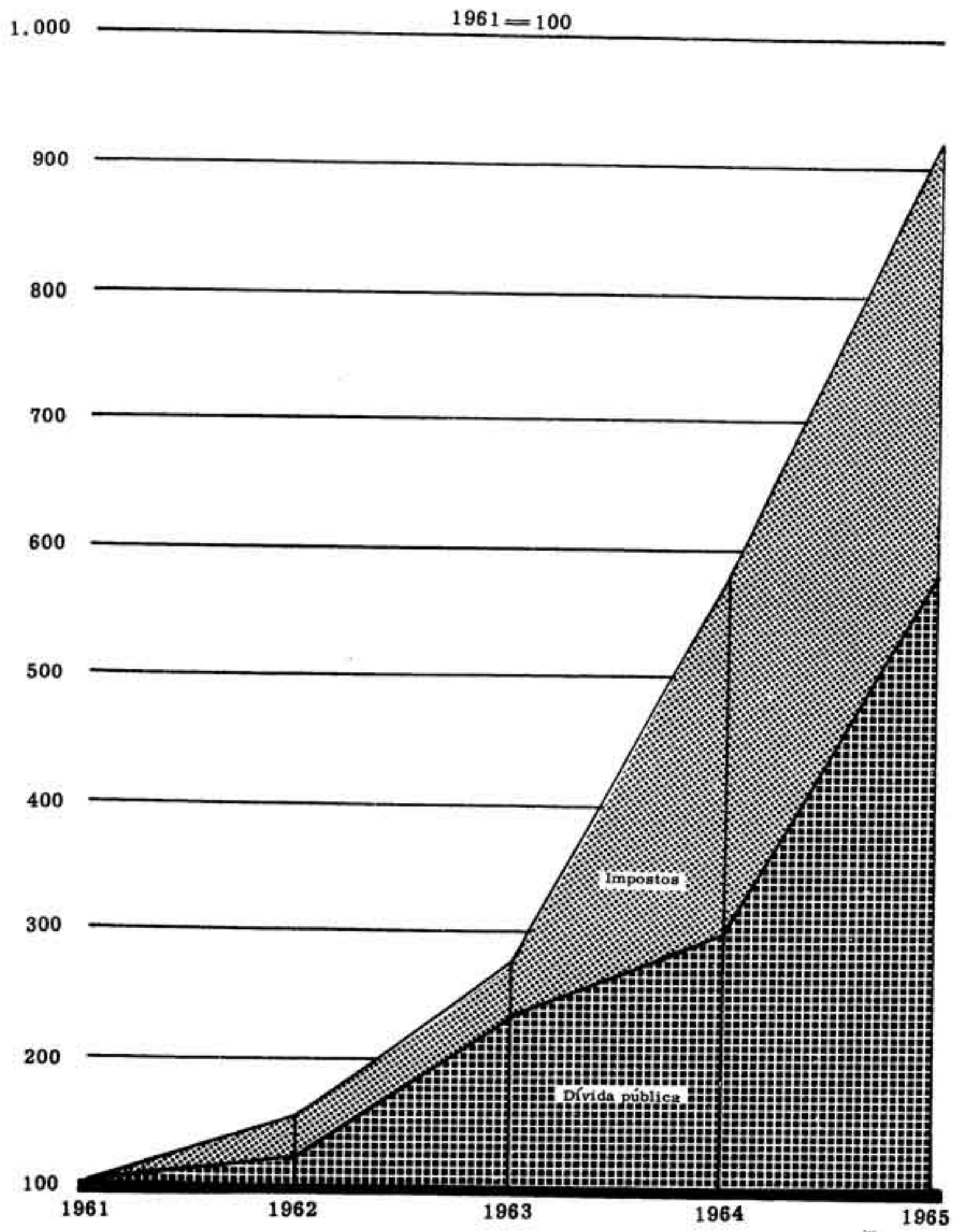
Dívida Fundada Externa .	5.720.286.110
Dívida Fundada Interna ..	23.014.001.732
Dívida Flutuante .....	91.590.795.745
	<u>120.325.083.587</u>

A evolução da receita de impostos e da dívida pública assim se apresenta:

Ano	Impostos	Índice	Dívida pública	Índice
1961	15.647.691.465	100	20.624.193.618	100
1962	24.282.185.439	155	28.027.190.684	135
1963	42.516.374.878	272	48.878.039.412	237
1964	90.242.122.520	577	62.353.369.580	302
1965	143.026.019.015	914	120.325.083.587	583

Dos dados acima verifica-se que o ritmo de crescimento dos impostos, no último lustro, é mais acentuado que o da dívida. No último exercício, todavia, o incremento da receita de impostos foi de quase 60%, ao passo que o da dívida aproximou-se de 100%. Esta evolução é também demonstrada graficamente no quadro que segue.

# ÍNDICES DA DÉVIDA PÚBLICA E DA RECEITA DE IMPOSTOS



Excluídos os pagamentos de despesas de exercícios anteriores, os gastos realizados com o serviço da dívida pública, nos últimos cinco anos, são expostos em números absolutos e relativos:

		Índice
1961	1.529.339.400	100
1962	1.731.415.109	113
1963	2.582.592.175	169
1964	6.920.365.790	452
1965	6.924.779.729	452

Em relação à receita de impostos, os dispêndios desta natureza, no mesmo período, equivalem aos seguintes percentuais:

1961	9,77 %
1962	7,13 %
1963	6,07 %
1964	7,67 %
1965	4,84 %

Os diferentes grupos que compõem a dívida pública serão analisados a seguir.

### 3.2.1 - DÍVIDA FUNDADA EXTERNA

Nos termos do Decreto-Lei Federal nº 6.019, de 23 de novembro de 1943, o serviço da dívida externa é atendido através do Conselho Técnico de Economia e Finanças, órgão do Ministério da Fazenda. O registro das amortizações de cada exercício é feito em face das comunicações daquele órgão técnico.

No ano de 1965 foi contabilizada a amortização pertinente ao exercício de 1964, em virtude de a competente comunicação não ter sido recebida em tempo hábil. Aliás, pelo mesmo motivo, a amortização do exercício sob exame somente será registrada no ano de 1966.

O comportamento da dívida externa, no último quinquênio, é demonstrado através dos valores absolutos e relativos que seguem:

		Índice
1961	6.791.591	100
1962	6.509.796	96
1963	5.720.422	84
1964	5.159.814.400	760
1965	5.720.286.110	842

A grande disparidade dos dados pertinentes aos dois últimos anos resulta da conversão da dívida em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente no

encerramento do exercício, nos termos do que dispõe o artigo 106 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

A posição da dívida externa, em 31 de dezembro de 1965, acusa um aumento líquido de Cr\$ 560.471.710, em relação à existente ao término do exercício anterior.

Eis a demonstração deste acréscimo:

Posição em 31/12/64 .....		5.159.814.400
Mais:		
Acréscimo decorrente da atualização da conversão .....	1.066.745.250	
Amortização relativa ao exercício de 1964 .	<u>506.273.540</u>	<u>560.471.710</u>
Posição em 31/12/65 .....		<u>5.720.286.110</u>

O resgate de 1964 equivale a US\$ 273.500 e £ 2.180-00-00.

As emissões iniciais e os saldos em circulação são apresentados em moeda estrangeira e em moeda corrente nacional, esclarecendo-se que a conversão foi efetuada às taxas de Cr\$ 2.200 para o dólar e Cr\$ 6.165,5 para a libra.

Empréstimos em dólares	US\$	Cr\$
Emissão .....	47.000.000,00	103.400.000.000
Amortização .....	<u>44.729.500,00</u>	<u>98.404.900.000</u>
Em circulação.....	<u>2.270.500,00</u>	<u>4.995.100.000</u>
Empréstimo em libras	£	Cr\$
Emissão .....	600.000-00-00	3.699.300.000
Amortização .....	<u>482.380-00-00</u>	<u>2.974.113.890</u>
Em circulação.....	<u>117.620-00-00</u>	<u>725.186.110</u>

Êstes saldos estão compreendidos no plano "A", uma vez que os classificados no plano "B" foram integralmente resgatados.

Os gastos com amortização, juros e outros encargos, imputados à despesa em 1965, à conta das verbas próprias, atingiram Cr\$ 494.747.574.

### 3.2.2 - DÍVIDA FUNDADA INTERNA

Ao término do exercício de 1965, os débitos consolidados apresentavam o saldo de Cr\$ 23.014.001.732, assim desdobrado, segundo os credores:

Portadores de apólices .....	6.079.796.000
Governo Federal.....	12.023.620.703
Banco do Brasil S.A. ....	2.398.515.484
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ....	912.973.693

Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul ....	864.454.561
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico ....	600.000.000
Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro .....	30.401.291
Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul....	104.240.000
	<u>23.014.001.732</u>

A dívida fundada interna cresceu moderadamente nos últimos cinco anos. Nesse período, o aumento foi de apenas 111 %. Os números absolutos e relativos que se expõem revelam o comportamento desses débitos:

Ano	Empréstimos		Total	Índice
	Em apólices	Contratados		
1961	1.473.183.500	9.458.874.561	10.932.058.061	100
1962	2.436.182.000	11.977.113.627	14.413.295.627	132
1963	4.543.674.500	16.342.952.898	20.886.627.398	191
1964	6.715.196.000	13.749.853.460	20.465.049.460	187
1965	6.079.796.000	16.934.205.732	23.014.001.732	211

As dívidas sob exame sofreram, em 1965, um crescimento líquido da ordem de Cr\$ 2.548.952.272, que assim se demonstra:

**Aumento da dívida**

**Operações de crédito realizadas:**

Empréstimos em apólices ..... 1.058.408.000

Empréstimos contratados ..... 5.397.226.200

6.455.634.200

Inscrição de dívidas..... 9.000 6.455.643.200

**Redução da dívida**

**Resgates:**

Empréstimos em apólices ..... 1.693.817.000

Empréstimos contratados ..... 2.212.864.928

3.906.681.928

Cancelamento de dívidas..... 9.000 3.906.690.928

**Aumento líquido..... 2.548.952.272**

O aumento da dívida, no montante de Cr\$ 6.455.643.200, assim se desdobra:

**Apólices lançadas em circulação:**

Empréstimo II Plano de Obras do Estado - 6ª série - Dec. 13.368, de 6/4/62 (incluídos Cr\$ 9.229.387 de deságio por lançamento abaixo do par) ..... 621.656.000

Empréstimo Programa Preliminar de Investimentos - 1ª série - Dec. 15.043, de 29/3/63 ..... 230.750.000

Empréstimo Consolidação de Dívidas Flutuantes - Lei nº 4.426, de 21/12/62, e Dec. 15.630, de 25/9/63..... 206.002.000

1.058.408.000

**Empréstimos contratados:**

Empréstimo de 800 milhões de cruzeiros -

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

- Lei nº 4.873/64 ..... 793.000.000

Empréstimo Lei 4.931/63 - Caixa Econômi ca Estadual do Rio Grande do Sul.....	104.240.000	
Empréstimo Lei Federal 4.770/65 - Govêr no Federal - inclusive Cr\$ 28.984.600 de deságio na colocação das letras .....	<u>4.499.986.200</u>	5.397.226.200

Inscrição de dívidas:

Empréstimo Encampação do Banco Pelotense - 18 apólices de Cr\$ 500 cada uma, lançadas em substituição das cance- ladas por sentença judicial .....		<u>9.000</u>
Aumento da dívida.....		<u>6.455.643.200</u>

Eis a análise da redução da dívida, na quantia de .....  
Cr\$ 3.906.690.928:

Resgate de apólices ao portador:

Empréstimo Debêntures da Escola de Enge nharia (450 debêntures de Cr\$ 500 cada uma).....	225.000	
Empréstimo Encampação do Banco Peloten se (8.882 apólices de Cr\$ 500 cada uma).	4.441.000	
Empréstimo Saneamento (500 apólices de Cr\$ 1.000 cada uma) .....	500.000	
Empréstimo Eletrificação - 2ª emissão(759 apólices de Cr\$ 1.000 cada uma).....	759.000	
Empréstimo Obras e Investimentos (6.444 apólices de Cr\$ 1.000 cada uma).....	6.444.000	
Empréstimo II Plano de Obras do Estado - 1ª série - Dec. 10.716, de 27/8/59 (.... 358.157 apólices de Cr\$ 1.000 cada uma)	358.157.000	
Empréstimo II Plano de Obras do Estado - 4ª série - Dec. 12.465, de 30/6/61 (.... 46.171 apólices de Cr\$ 1.000 cada uma).	46.171.000	
Empréstimo II Plano de Obras do Estado - 6ª série - Dec. 13.368, de 6/4/62(..... 600.757 apólices de Cr\$ 1.000 cada uma)	600.757.000	
Empréstimo Programa Preliminar de In- vestimentos - 1ª série - Dec. 15.043, de 29/3/63 (676.354 apólices de Cr\$ 1.000 cada uma) .....	<u>676.354.000</u>	1.693.808.000

Resgate de empréstimos contratados:

Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro:		
Empréstimo Saneamento .....	1.786.450	
Empréstimo de 50 milhões de cruzeiros .	10.934.081	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A.:		
Empréstimo Lei nº 4.873/64 .....	193.293.025	
Empréstimo Unificação e Consolidação de Dívidas .....	24.951.704	
Empréstimo de 1 bilhão de cruzeiros ....	222.628.000	
Empréstimo Consolidação .....	1.130.735.967	
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul:		
Empréstimo Hipotecário .....	1.179.019	
Empréstimo Saneamento .....	19.587.917	
Empréstimo Unificação e Consolidação de Dívidas .....	54.435.289	

Banco do Brasil S.A.:		
Empréstimo Unificação e Consolidação de Dívidas .....	352.312.036	
Governo Federal:		
Empréstimo Conversão da Dívida Externa - Dólares .....	996.678	
Empréstimo Conversão da Dívida Externa - Libras .....	33.762	
Empréstimo de 1 bilhão de cruzeiros ....	<u>200.000.000</u>	2.212.873.928
Cancelamento de dívidas .....		<u>9.000</u>
Redução da dívida .....		<u>3.906.690.928</u>

As apólices que se encontravam em circulação em 31 de dezembro de 1965, com a data de resgate já fixada, são discriminadas a seguir, por empréstimo, série e vencimento:

#### Empréstimo II Plano de Obras do Estado

##### 1ª série

Ano	Mês		
1966	abril .....	37.241.000	
	outubro ....	36.957.000	
1967	abril .....	15.506.000	
	outubro ....	15.050.000	
1968	abril .....	6.149.000	
	outubro ....	14.354.000	
1969	abril .....	2.617.000	
	outubro ....	14.671.000	
1970	outubro ....	<u>5.000.000</u>	147.545.000

##### 4ª série

Ano	Mês		
1966	março .....	13.640.000	
	setembro ..	3.440.000	
1967	março .....	3.432.000	
	setembro ..	3.350.000	
1968	março .....	<u>125.000</u>	23.987.000

##### 6ª série

Ano	Mês		
1966	março .....	82.514.000	
	setembro ..	344.808.000	
1967	março .....	114.013.000	
	setembro ..	336.634.000	
1968	março .....	222.451.000	
	setembro ..	221.512.000	
1969	março .....	59.245.000	
	setembro ..	<u>50.000.000</u>	1.431.177.000
			<u>1.602.709.000</u>

### Empréstimo Programa Preliminar de Investimentos

1ª série		
Ano	Mês	
1966	março .....	795.077.000
	setembro ..	726.897.000
1967	março .....	568.997.000
	setembro ..	667.121.000
1968	março .....	612.177.000
	setembro ..	566.619.000
1969	março .....	80.673.000
	setembro ..	38.604.000
1970	março .....	16.080.000
	setembro ..	17.824.000
1971	março .....	3.330.000
	setembro ..	3.370.000
1972	março .....	2.000.000
	setembro ..	2.000.000
1973	março .....	2.000.000
	setembro ..	2.000.000
1974	março .....	2.000.000
	setembro ..	2.000.000
1975	março .....	2.000.000
	setembro ..	2.000.000
		<u>4.112.769.000</u>

### Empréstimo Consolidação de Dívidas Flutuantes

Ano	Mês	
1966	junho .....	1.492.000
	dezembro ..	49.714.000
1967	junho .....	1.522.000
	dezembro ..	49.736.000
1968	junho .....	1.558.000
	dezembro ..	50.047.000
1969	junho .....	1.573.000
	dezembro ..	50.360.000
		<u>206.002.000</u>

### 3.23 - DÍVIDA FLUTUANTE

A dívida flutuante do Estado apresentava, em 31 de dezembro último, o saldo de Cr\$ 91.590.795.745, que assim se decompõe:

Restos a Pagar .....	53.196.846.850
Serviço da Dívida Externa .....	1.228.868.499
Serviço da Dívida Interna .....	3.948.719.403
Depósitos .....	4.535.732.129

1229  
3949  
1576  
9714  
5138



Débitos de Tesouraria.....	11.941.801.984
Credores Diversos.....	4.789.718.350
Cheques a Pagar.....	285.004.238
Contribuições para Autarquias .....	11.287.017.334
Prefeituras, c/Contribuições do Estado ...	269.220.946
Outras contas .....	107.866.012
	<u>91.590.795.745</u>

Através dos números absolutos e relativos que se alinham, demonstra-se o comportamento da dívida flutuante no último quinquênio:

		Índice
1961	9.685.343.965	100
1962	13.607.385.261	141
1963	27.985.691.591	289
1964	36.728.505.720	379
1965	91.590.795.745	946

Revelam estes dados que, no período considerado, a dívida administrativa do Estado quase decuplicou. O impacto maior, porém, verificou-se em 1965, quando o índice de crescimento foi da ordem de 249%.

O aumento líquido, verificado nesse exercício, foi de ..... Cr\$ 54.862.290.025, que, sumariamente, assim se explica:

Formação de dívidas .....		118.707.865.380
Menos:		
Pagamento de dívidas .....	63.845.575.304	
Cancelamento de dívidas .....	<u>51</u>	<u>63.845.575.355</u>
Aumento da dívida flutuante .....		<u>54.862.290.025</u>

Pode-se, também, explicar o aumento da dívida flutuante mediante a conjugação dos fatos que influíram diretamente sobre a mesma, a saber: o resultado financeiro do exercício, a redução do patrimônio financeiro e, se bem que em escala ínfima, o cancelamento de dívidas.

Esta demonstração é apresentada, a seguir, em bilhões de cruzeiros, excluídas, por insignificantes, as retificações extra-orçamentárias:

	Dívida Flutuante		Ativo Financeiro		Resultado
	Posição	Aumento no ano	Posição	Varição no ano	Financeiro
1961	9,7	-	4,7	-	-
1962	13,6	3,9	6,2	+ 1,5	- 2,4
1963	27,9	14,3	9,4	+ 3,1	- 11,2
1964	36,7	8,8	25,8	+ 16,4	+ 7,6
1965	91,5	54,8	17,8	- 8,0	- 62,8

Através de sucinta análise das diversas contas que compõem os débitos flutuantes, apresentada a seguir, objetivar-se-á um melhor entendimento desses compromissos.

Restos a Pagar - A expressão quantitativa dêste título, no valor de Cr\$ 53.196.846.850, reúne Cr\$ 5.489.337.801 de resíduos de exercícios anteriores e Cr\$ 47.707.509.049 de resíduos apurados em 1965. Esta última parcela assim se desdobra:

Contas a Pagar .....	5.322.466.803
Vencimentos a Pagar....	29.469.320.406
Fôlhas a Pagar .....	2.311.543.844
Empenhos a Liquidar....	10.604.177.996
	<u>47.707.509.049</u>

Classificam-se como empenhos a liquidar os compromissos pendentes de comprovações de direitos creditórios, ultimação de fornecimentos ou de prestação de serviços.

Os vencimentos e as fôlhas a pagar referem-se, em sua quase totalidade, a vantagens de pessoal, relativas a parte dos meses de novembro e dezembro.

Serviço da Dívida Externa - Nesta conta acham-se escriturados os débitos do Estado para com o Governo Federal, no montante de ..... Cr\$ 1.228.868.499, relativos ao serviço de amortização, juros e demais encargos da dívida fundada externa. Êsses compromissos referem-se aos exercícios de 1957 a 1965, inclusive, e decorrem das remessas feitas pela União aos agentes pagadores no exterior, para a liquidação da dívida externa fundada, nos termos do Decreto-Lei Federal nº 6.019, de 23 de novembro de 1943.

Serviço da Dívida Interna - Englobam-se sob êste título os juros, amortizações e outros encargos relativos à dívida interna consolidada e não pagos, no total de Cr\$ 3.948.719.403. Êsses compromissos, todos vencidos, foram imputados à despesa em vários exercícios. Compõem aquêle total os créditos das seguintes entidades: Banco do Brasil S.A. com Cr\$ 3.070.237.867; Governo da União com Cr\$ 606.690.712; Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul com Cr\$ 18.187.896; e portadores de apólices com Cr\$ 253.602.928, referentes aos cupões de juros vencidos e apólices chamadas a resgate em diversos anos, que se acham à disposição dos respectivos portadores.

Depósitos - Reúnem-se nesta conta Cr\$ 3.527.857.002 de depósitos específicos e Cr\$ 1.007.875.127 de depósitos de diversas origens, no total de Cr\$ 4.535.732.129.

Os depósitos específicos, cuja discriminação se faz a seguir, dispensam, pela sua intitulação, explicações sobre suas origens e conteúdos.

Depósitos de Consignatários .....	3.237.836.399
Depósitos de Responsáveis .....	149.208
Retenções.....	20.816.157
Cauções .....	20.283.368
Depósitos Públicos e Judiciais ...	65.195.726
Depósitos de Autarquias .....	183.576.144
	<u>3.527.857.002</u>

Dentre os depósitos de diversas origens destacam-se ..... Cr\$ 40.964.394 de comissão sobre cobrança da dívida ativa; Cr\$ 115.019.074 de diferenças de vantagens decorrentes da Lei nº 4.467/62; Cr\$ 706.399.622 de tributos diversos depositados para garantia de instância; Cr\$ 23.693.754 da

quota-parte do imposto único sobre energia elétrica que cabe aos municípios; ... Cr\$ 40.777.613 de receitas a restituir relativas a diversos exercícios; e ..... Cr\$ 21.066.394 de vencimentos não reclamados. O saldo distribui-se por outras contas de menor significação.

Débitos de Tesouraria - Reúnem-se sob este título dívidas no valor de Cr\$ 11.941.801.984, assim discriminadas:

Saldos de empréstimos por antecipação da receita:

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ....	5.093.691.502
Banco Industrial e Comercial do Sul S.A. ....	100.032.877
Banco Nacional do Comércio S.A. ....	520.960
Banco da Província do Rio Grande do Sul S.A. ....	501.165.112
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul .....	<u>2.199.883.333</u>
	7.895.293.784
Letras do Tesouro .....	<u>4.046.508.200</u>
	<u>11.941.801.984</u>

Nos saldos dos empréstimos por antecipação da receita, incluem-se os juros e outras despesas vencidas e não pagas.

O saldo das letras do Tesouro, em circulação em 31 de dezembro de 1965, apresenta, em relação à posição de 31 de dezembro de 1964, um acréscimo de Cr\$ 1.885.274.950.

Este acréscimo corresponde à diferença entre os títulos resgatados e os lançados em circulação no exercício, conforme se demonstra:

Letras lançadas em circulação ...	4.843.611.150
Resgatadas em 1965.....	<u>2.958.336.200</u>
	<u>1.885.274.950</u>

Merece destaque o fato de que, dos resgates efetuados, no montante de Cr\$ 2.958.336.200, Cr\$ 811.965.000 referem-se a letras subscritas no exercício de 1965 e os restantes Cr\$ 2.146.371.200, a títulos lançados em exercícios anteriores.

Do total em circulação, Cr\$ 281.000 são relativos a letras tomadas em 1958 e ainda não apresentadas para resgate. O saldo corresponde a títulos emitidos com autorização na Lei nº 3.785, de 30 de julho de 1959, alterada pelas de nºs 3.906 e 4.552, de 6 de fevereiro de 1960 e 16 de setembro de 1963, respectivamente, com os vencimentos que a seguir se discriminam:

Letras vencidas:

Até 31/12/65 .....	14.581.050
--------------------	------------

Letras a vencer em 1966:

Janeiro .....	1.080.000.000
Fevereiro .....	230.000.000
Março .....	254.645.000
Abril .....	243.460.000
Maio .....	525.890.000
Junho .....	574.795.650
Julho .....	820.003.050

Agosto .....	227.805.600	
Setembro.....	153.941.100	
Outubro .....	<u>121.105.750</u>	<u>4.031.646.150</u>
Saldo em circulação .....		<u>4.046.227.200</u>

Credores Diversos - Sob este título englobam-se débitos do Estado no montante de Cr\$ 4.789.718.350. A seguir, destacam-se, segundo as entidades credoras, as quantias mais significativas: Companhia Estadual de Energia Elétrica, Cr\$ 4.313.174.236, dos quais sobressaem Cr\$ 3.608.995.699 relativos à parcela do capital subscrito pelo Estado, a integralizar, e Cr\$ 703.214.000 referentes à contribuição em apólices não entregues; Aços Finos Piratini S.A., Cr\$ 60.000.000, correspondentes à parcela do capital subscrito pelo Estado, a integralizar; Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., Cr\$ 113.463.850, dos quais Cr\$ 24.814.059 se relacionam com a liquidação do acervo do extinto Banco Pelotense e Cr\$ 88.649.791 se referem ao Fundo da Carteira de Crédito Agrícola; Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Cr\$ 167.364.336, concernentes ao saldo da contribuição decorrente da taxa de investimentos da pecuária; Viação Férrea do Rio Grande do Sul, Cr\$ 123.044.590, relativos ao passivo encampado pelo Estado, nos termos da Lei nº 2.405, de 14 de agosto de 1954.

Cheques a Pagar - Os cheques relativos a vantagens de pessoal, emitidos pelo Tesouro e existentes em carteira, atingem Cr\$ 285.004.238. Em sua maior parte, referem-se a vantagens dos meses de novembro e dezembro de 1965.

Contribuições para Autarquias - Os saldos das contribuições concedidas às autarquias e não entregues somam Cr\$ 11.287.017.334. Este montante distribui-se pelas seguintes entidades: Comissão Estadual de Silos e Armazéns com Cr\$ 587.818.459; Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem com Cr\$ 3.099.964.217; Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul com Cr\$ 4.353.586.859; Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais com Cr\$ 1.956.063.955; Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul com ..... Cr\$ 240.517.289; Departamento Autônomo de Carvão Mineral com ..... Cr\$ 5.815.667; Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul com ..... Cr\$ 190.965.000; Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul com ..... Cr\$ 642.211.000; Departamento Estadual de Abastecimento de Leite com ..... Cr\$ 210.074.888.

Prefeituras, c/Contribuições do Estado - Os saldos não entregues das contribuições previstas no artigo 18 da Constituição do Estado, denominadas quotas de retorno, totalizam Cr\$ 269.220.946. Este valor constitui o resíduo das contribuições de 1965.

Outras contas - Sob este título, na quantia de Cr\$ 107.866.012, destacam-se: os créditos de prefeituras municipais, remanescentes do imposto territorial, no montante de Cr\$ 10.969.981, e do imposto de indústrias e profissões, no total de Cr\$ 233.664; o Fundo de Estoque de Material com ..... Cr\$ 80.429.546; e os Empenhos à conta do Fundo de Material com ..... Cr\$ 16.060.883.

#### 4 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACÕES PATRIMONIAIS

A conjugação das variações de que foi passível o patrimônio do Estado em 1965 revela o resultado patrimonial do exercício, que se traduz no déficit de Cr\$ 16.960.911.056. Eis a apuração sintética deste resultado:

Variações passivas ..	326.470.473.117
Variações ativas.....	<u>309.509.562.061</u>
Deficit verificado ....	<u>16.960.911.056</u>

As variações que conduzem a este resultado têm diferentes origens. As de maior expressão resultam da execução orçamentária e as restantes provêm de fatos de natureza extra-orçamentária.

Sobremodo elucidativa é a decomposição das variações segundo sua natureza, bem como a demonstração dos resultados parciais.

As variações resultantes da execução orçamentária assim se apresentam:

##### a) Positivas

Receita orçamentária .....		244.302.316.453
Menos: Mutações patrimoniais da receita:		
Cobrança da dívida ativa .....	1.606.417.382	
Alienação de bens móveis .....	7.870.160	
Alienação de bens imóveis.....	174.404.730	
Empréstimos tomados .....	6.417.420.213	
Recebimento de créditos .....	<u>25.101.411</u>	<u>8.231.213.896</u>
Receita efetiva .....		<u>236.071.102.557</u>

##### b) Negativas

Despesa orçamentária.....		307.114.553.041
Menos: Mutações patrimoniais da despesa:		

Aquisição de bens móveis.....	1.819.418.837	
Construção e aquisição de bens imóveis ..	2.623.543.165	
Construção e aquisição de bens de natureza industrial .....	947.973.743	
Aquisição de títulos e valores .....	38.658.752.952	
Amortização de dívidas.....	3.906.681.928	
Formação de créditos .....	<u>2.978.129.000</u>	<u>50.934.499.625</u>
Despesa efetiva .....		<u>256.180.053.416</u>

O confronto da receita e da despesa efetivas revela o primeiro resultado parcial, exposto a seguir:

Despesa efetiva .....	256.180.053.416
Receita efetiva .....	<u>236.071.102.557</u>
Deficit patrimonial da gestão orçamentária...	<u>20.108.950.859</u>

Por seu turno, as variações provocadas por fatos estranhos à gestão orçamentária classificam-se como segue:

a) Positivas

No patrimônio permanente:

Inscrição da dívida ativa .....	3.257.983.543	
Inscrição de outros créditos.....	797.507.640	
Inscrição de valores inalienáveis .....	631.091.200	
Incorporação de bens móveis .....	431.010.749	
Incorporação de bens imóveis .....	7.880.000	
Cancelamento de dívidas .....	506.282.540	
Entradas de almoxarifados .....	<u>8.640.990.260</u>	14.272.745.932

No patrimônio financeiro:

Cancelamento de dívidas .....		<u>51</u>
		<u>14.272.745.983</u>

b) Negativas

No patrimônio permanente:

Inscrição de dívidas passivas .....	1.104.968.237	
Cancelamento de créditos .....	2.051.531.746	
Saídas de almoxarifados .....	<u>7.937.613.949</u>	11.094.113.932

No patrimônio financeiro:

Cancelamento de créditos .....	30.592.221	
Retificações decorrentes da aplicação da Lei Federal nº 4.511/64.....	<u>27</u>	<u>30.592.248</u>
		<u>11.124.706.180</u>

Cotejando-se estas variações extra-orçamentárias, determina-se a parcela restante do resultado global, como se vê:

Variações independentes da execução orçamentária:

Positivas .....	14.272.745.983
Negativas .....	<u>11.124.706.180</u>
Superavit patrimonial extra-orçamentário ...	<u>3.148.039.803</u>

A soma algébrica dos resultados parciais já determinados revela o deficit patrimonial do exercício, objeto de apuração na peça denominada Demonstração das Variações Patrimoniais, integrante do Balanço Geral, como se mostra:

Deficit patrimonial da gestão orçamentária...	20.108.950.859
Superavit patrimonial extra-orçamentário....	<u>3.148.039.803</u>
Deficit patrimonial do exercício.....	<u>16.960.911.056</u>

Com o reflexo das variações analisadas neste capítulo sobre os componentes do patrimônio do Estado, a situação líquida existente ao termo do ano de 1964 sofreu redução na equivalência do deficit patrimonial do exercício, como se expõe:

Ativo Real Líquido em 31/12/64 ...	24.861.515.012
Deficit patrimonial de 1965.....	<u>16.960.911.056</u>
Ativo Real Líquido em 31/12/65 ...	<u>7.900.603.956</u>

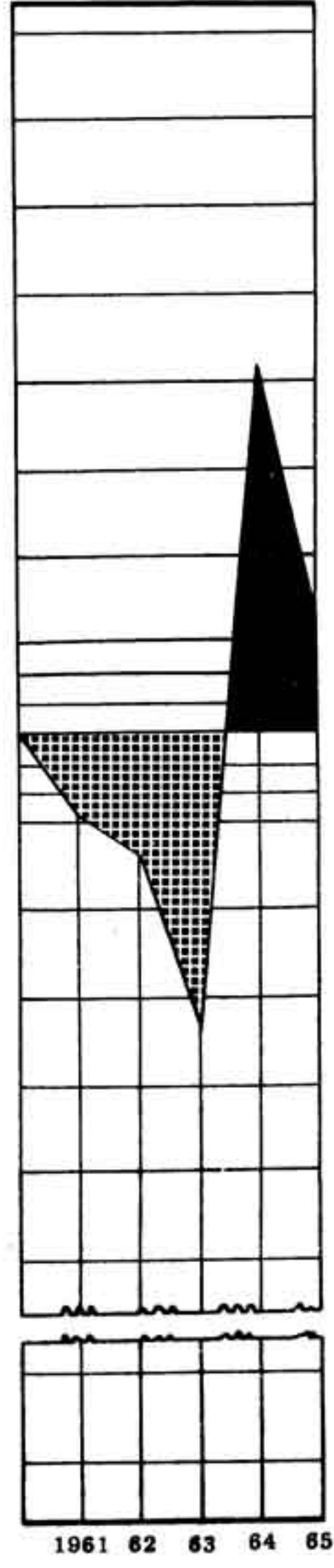
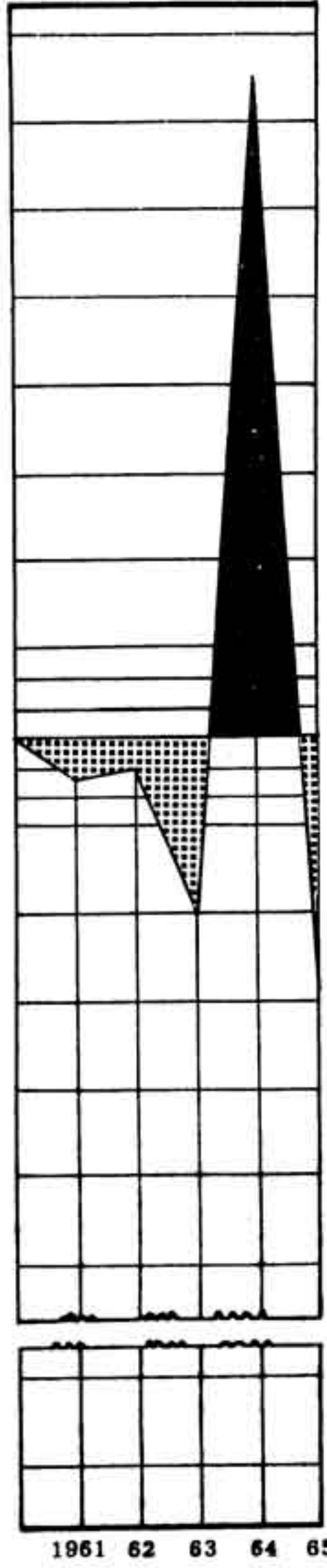
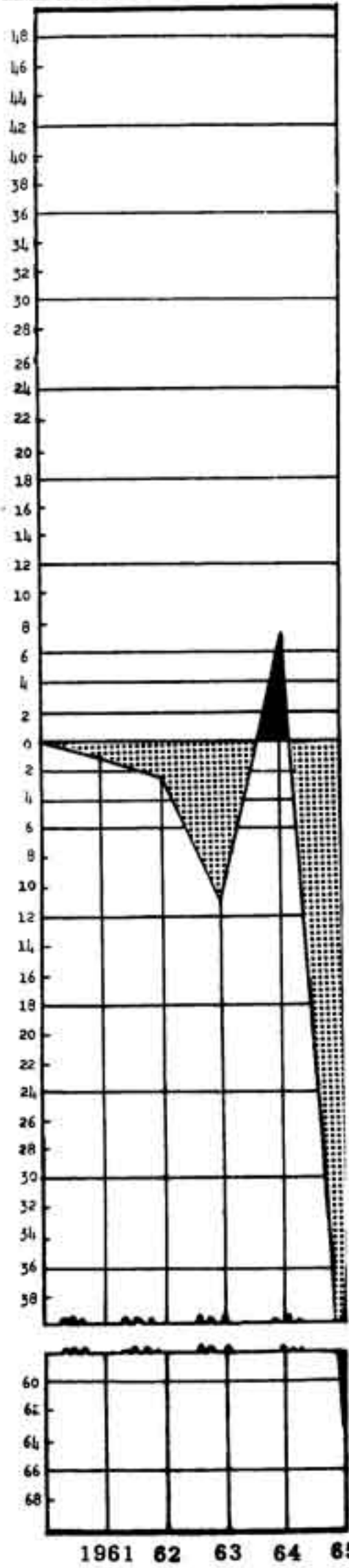
A seguir, demonstra-se, gráficamente, a conjugação dessas variações no último quinquênio, bem como seu reflexo sobre a situação líquida patrimonial.

### RESULTADO FINANCEIRO

### RESULTADO PATRIMONIAL

### SALDO PATRIMONIAL

RELACIONES DE CREDITOS





## 5 - APURAÇÃO DO DESCOBERTO FINANCEIRO EM 31/12/65

Em 31 de dezembro de 1965, as deficiências financeiras acumuladas atingiam Cr\$ 51.941.707.524. Em relação às existentes no final do ano anterior, verificou-se um agravamento da ordem de Cr\$ 29.847.591.012.

Neste capítulo, apurar-se-á, detalhadamente, o descoberto financeiro, mediante a aplicação da fórmula técnica consagrada.

Com êsse objetivo, são postos em confronto os componentes do ativo e do passivo, tanto reais como potenciais.

Os componentes reais do patrimônio financeiro constam do Balanço Patrimonial.

O ativo financeiro potencial compreende as parcelas a realizar dos empréstimos autorizados, bem como das receitas afetadas e legalmente vinculadas a autorizações de despesa.

Como integrantes do passivo financeiro potencial figuram os créditos especiais transferidos para o exercício seguinte, o produto de operações de crédito não utilizado na cobertura de despesas e ainda os saldos não aplicados de receitas legalmente afetadas.

O ativo potencial, no montante de Cr\$ 37.800.276.999, é composto por diversos valores, cuja origem é assim demonstrada:

I - Empréstimo em apólices II Plano de Obras do Estado -  
1ª série (Lei 3.601, de 1/12/58, e Dec. 10.716, de 27/  
8/59)

a) Créditos abertos:

Especiais

Em 1959 (v. fls. 34 e 35 do Balanço de 1959).....	759.000.220	
Em 1960 (v. fls. 37 a 39 do Balanço de 1960).....	1.274.438.394	
Em 1961 (v. fls. 39 e 40 do Balanço de 1961).....	<u>1.157.727.733</u>	3.191.166.347

Suplementares		
Em 1964 .....		<u>6.276.385</u>
		3.197.442.732
Menos:		
b) Saldos de créditos extintos:		
Em 1959 (v. fls. 34 e 35 do Balanço de 1959) .....	145.000.000	
Em 1960 (v. fls. 37 a 39 do Balanço de 1960).....	13.463.352	
Em 1961 (v. fls. 39 e 40 do Balanço de 1961).....	40.539	
Em 1962 (v. fls. 47 do Balanço de 1962).....	2.337.537	
Em 1963 (v. pág. 162 do Balanço de 1963).....	296.319	
Em 1964 (v. pág. 114 do Balanço de 1964).....	16.580	
Em 1965 (v. pág. 125 do Balanço de 1965).....	<u>15.781.064</u>	<u>176.935.391</u>
		3.020.507.341
Menos:		
c) Créditos de 1960, cujo recurso passou, em 1961, para o Empréstimo Unificação e Consolidação de Dívidas contratado com o Banco do Brasil S. A.		
Dec. 11.315, de 7/5/60.....	25.000.000	
Dec. 11.853, de 7/12/60.....	<u>5.000.000</u>	<u>30.000.000</u>
		2.990.507.341
Menos:		
d) Cancelamento de créditos:		
Dec. 17.036, de 22/12/64.....		<u>6.276.385</u>
		2.984.230.956
Menos:		
e) Produto recebido até 31/12/65.....		
Parcela a realizar vinculada .....		<u>2.853.816.024</u>
		<u>130.414.932</u>
II - Empréstimo em apólices II Plano de Obras do Estado - 4ª série (Lei 3.601, de 1/12/58, e Dec. 12.465, de 30/6/61)		
a) Créditos abertos:		
Especiais		
Em 1961 (v. fls. 40 a 42 do Balanço de 1961) .....	2.123.125.698	
Em 1962 (v. fls. 47 a 50 do Balanço de 1962) .....	883.538.500	
Em 1963 (Dec. 14.707, de 14/1/63)	<u>250.000</u>	3.006.914.198
Suplementares		
Em 1964 .....		2.993.041
b) Crédito de 1961, revigorado em 1962:		
Dec. 12.716, de 18/10/61.....		<u>1.000.000</u>
		3.010.907.239

<b>Menos</b>		
c) Saldos de créditos extintos:		
Em 1961 (v. fls. 40 a 42 do Balanço de 1961).....	1.018.186	
Em 1962 (v. fls. 47 a 50 do Balanço de 1962).....	1.162.812	
Em 1963 (v. págs. 162 e 163 do Balanço de 1963).....	32.940.153	
Em 1964 (v. pág. 114 do Balanço de 1964).....	3.516.167	
Em 1965 (v. pág. 125 do Balanço de 1965).....	<u>227.544</u>	<u>38.864.862</u>
		2.972.042.377
<b>Menos:</b>		
d) Crédito de 1961, ab-rogado em 1962:		
Dec. 12.845, de 23/11/61.....		<u>7.000.000</u>
		2.965.042.377
<b>Menos:</b>		
e) Cancelamento de créditos:		
Dec. 17.036, de 22/12/64.....		<u>2.993.041</u>
		2.962.049.336
<b>Menos:</b>		
f) Produto recebido até 31/12/65.....		
		<u>215.838.000</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u><u>2.746.211.336</u></u>
 III - Empréstimo em apólices II Plano de Obras do Estado - 6ª série (Lei 3.601, de 1/12/58, e Dec. 13.368, de 6/4/62)		
a) Créditos abertos:		
Especiais		
Em 1962 (v. fls. 50 a 56 do Balanço de 1962) .....	4.382.592.000	
Em 1963 (v. págs. 163 a 167 do Balanço de 1963).....	736.165.000	
Em 1964 (v. pág. 114 do Balanço de 1964).....	67.488.864	
Em 1965 (v. pág. 125 do Balanço de 1965).....	<u>20.000.000</u>	<u>5.206.245.864</u>
Suplementares		
Em 1964 .....		42.503.212
b) Créditos de 1962, revigorados em 1963:		
Dec. 13.965, de 11/8/62.....	600.000	
Dec. 14.172, de 1/10/62.....	1.000.000	
Dec. 14.240, de 22/10/62.....	668.370	
Dec. 14.241, de 22/10/62.....	<u>1.831.630</u>	<u>4.100.000</u>
		5.252.849.076
<b>Menos</b>		
c) Saldos de créditos extintos:		
Em 1962 (v. fls. 50 a 56 do Balanço de 1962) .....	11.563.172	
Em 1963 (v. págs. 163 a 167 do Balanço de 1963).....	189.011.813	

Em 1964 (v. pág. 114 do Balanço de 1964).....	53.774.920	
Em 1965 (v. pág. 125 do Balanço de 1965).....	<u>5.442.246</u>	<u>259.792.151</u>
		4.993.056.925
Menos:		
d) Cancelamento de créditos:		
Decretos de 1962, ab-rogados em 1963 (v. fls. 49 a 53 do Balanço de 1963).....	12.631.000	
Dec. 16.919, de 27/10/64.....	1.000.000	
Dec. 17.005, de 12/12/64.....	1.189.700	
Dec. 17.036, de 22/12/64.....	<u>40.313.512</u>	<u>55.134.212</u>
		4.937.922.713
Menos:		
e) Alteração de recursos de créditos de 1962:		
Dec. 13.590, de 29/5/62.....		<u>232.668.613</u>
		4.705.254.100
Menos:		
f) Produto recebido até 31/12/65.....		
		<u>2.561.100.423</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>2.144.153.677</u>
IV - Empréstimo em apólices II Plano de Obras do Estado - 8ª série (Lei 3.601, de 1/12/58, e Dec. 14.468, de 10/12/62)		
a) Créditos abertos:		
Especiais		
Em 1962 (v. fls. 56 e 57 do Balanço de 1962).....	1.303.762.520	
Em 1963 (v. págs. 167 e 168 do Balanço de 1963).....	406.595.818	
Em 1964 (v. pág. 115 do Balanço de 1964).....	185.397.000	
Em 1965 (v. pág. 125 do Balanço de 1965).....	<u>29.584.393</u>	<u>1.925.339.731</u>
Suplementares		
Em 1964 .....	20.276.080	
Em 1965 .....	<u>600.000</u>	<u>20.876.080</u>
b) Transferência de recursos:		
Dec. 13.590, de 29/5/62.....		<u>232.668.613</u>
		2.178.884.424
Menos:		
c) Saldos de créditos extintos:		
Em 1963 (v. págs. 167 e 168 do Balanço de 1963).....	29.003.839	
Em 1964 (v. pág. 115 do Balanço de 1964).....	37.307.381	
Em 1965 (v. pág. 125 do Balanço de 1965).....	<u>1.389.159</u>	<u>67.700.379</u>
		2.111.184.045

Menos

d) Cancelamento de créditos:

Dec. 14.571, de 21/12/62.....	100.000.000	
Dec. 14.596, de 26/12/62.....	22.820.000	
Dec. 16.919, de 27/10/64.....	1.089.480	
Dec. 16.939, de 14/11/64.....	16.700.000	
Dec. 17.036, de 22/12/64.....	2.486.600	
Dec. 17.678, de 21/12/65.....	29.584.393	
Dec. 17.691, de 23/12/65.....	<u>600.000</u>	<u>173.280.473</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>1.937.903.572</u>

V - Empréstimo em apólices Programa Preliminar de Investimentos - 1ª série (Lei 4.387, de 6/12/62, e Dec. ... 15.043, de 29/3/63)

a) Créditos abertos:

Especiais

Em 1963 (v. págs. 169 a 174 do Balanço de 1963).....	4.950.460.892	
Em 1964 (v. págs. 115 e 116 do Balanço de 1964).....	49.200.000	
Em 1965 (v. pág. 126 do Balanço de 1965).....	<u>135.000.000</u>	<u>5.134.660.892</u>

Suplementares

Em 1964 .....		37.001.341
---------------	--	------------

b) Créditos de 1963, revigorados em 1964:

Dec. 15.346, de 26/7/63.....	2.000.000	
Dec. 15.643, de 27/9/63.....	4.000.000	
Dec. 15.745, de 14/10/63.....	<u>9.000.000</u>	<u>15.000.000</u>
		5.186.662.233

Menos:

c) Saldos de créditos extintos:

Em 1963 (v. págs. 169 a 174 do Balanço de 1963).....	31.187.353	
Em 1964 (v. págs. 115 e 116 do Balanço de 1964).....	<u>171.688.697</u>	<u>202.876.050</u>
		4.983.786.183

d) Cancelamento de créditos:

Dec. 16.769, de 27/8/64.....	200.000	
Dec. 16.919, de 27/10/64.....	5.300.000	
Dec. 17.012, de 15/12/64.....	12.495.500	
Dec. 17.036, de 22/12/64.....	18.792.341	
Dec. 17.045, de 23/12/64.....	222.000	
Dec. 17.062, de 24/12/64.....	<u>191.500</u>	<u>37.201.341</u>
		4.946.584.842

Menos:

e) Produto recebido até 31/12/65.....		<u>4.910.599.000</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>35.985.842</u>

VI - Empréstimo em apólices Programa Preliminar de Investimentos - 2ª série (Lei 4.387, de 6/12/62, e Dec. .... 15.637, de 26/9/63)

a) Créditos abertos:

Especiais

Em 1963 (v. págs. 175 a 178 do Ba- lanço de 1963).....	4.982.378.742	
Em 1964 (v. págs. 117 a 119 do Ba- lanço de 1964).....	9.500.000	
Em 1965 (v. pág. 126 do Balanço de 1965).....	<u>365.129.000</u>	5.357.007.742

Suplementares

Em 1964.....		<u>5.612.681</u>
		5.362.620.423

Menos:

b) Saldos de créditos extintos:

Em 1963 (v. págs. 175 a 178 do Ba- lanço de 1963).....	3.000.000	
Em 1964 (v. págs. 117 a 119 do Ba- lanço de 1964).....	<u>354.179.750</u>	<u>357.179.750</u>
		5.005.440.673

Menos:

c) Cancelamento de créditos:

Dec. 16.919, de 27/10/64.....	73.025	
Dec. 17.036, de 22/12/64.....	<u>5.539.656</u>	<u>5.612.681</u>
Parcela a realizar vinculada.....		<u>4.999.827.992</u>

VII - Empréstimo em apólices Programa Preliminar de Investimentos - 3ª série (Lei 4.387, de 6/12/62, e Dec. .... 16.211, de 28/12/63)

a) Créditos abertos:

Especiais

Em 1963 (v. pág. 179 do Balanço de 1963).....	455.260.000	
Em 1964 (v. pág. 119 do Balanço de 1964).....	<u>1.544.739.888</u>	1.999.999.888

Suplementares

Em 1964.....		<u>28.000.000</u>
		2.027.999.888

Menos:

b) Saldos de créditos extintos:

Em 1964 (v. pág. 119 do Balanço de 1964).....	94.151.428	
Em 1965 (v. págs. 126 e 127 do Ba- lanço de 1965).....	<u>231.000</u>	<u>94.382.428</u>
		1.933.617.460

Menos:

c) Cancelamento de créditos:

Dec. 17.036, de 22/12/64.....		<u>28.000.000</u>
Parcela a realizar vinculada.....		<u>1.905.617.460</u>

VIII - Empréstimo em apólices Consolidação de Dívidas Flutuantes (Lei 4.426, de 21/12/62, e Dec. 15.630, de 25/9/63)		
a) Crédito aberto:		
Dec. 15.631, de 26/9/63.....		1.500.000.000
Menos:		
b) Produto recebido até 31/12/65.....		<u>206.002.000</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>1.293.998.000</u>
IX - Empréstimo em apólices Lei 5.127/65		
a) Créditos abertos:		
Suplementares		
Em 1965 .....		<u>10.000.000.000</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>10.000.000.000</u>
X - Empréstimo em apólices Lei 5.162/65		
a) Créditos abertos:		
Suplementares		
Em 1965 .....		<u>10.000.000.000</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>10.000.000.000</u>
XI - Taxa de Eletrificação e Comunicações		
Recursos proporcionados pela taxa de eletrificação e comunicações, instituída pela Lei 1.211, de 29/11/50		
a) Recursos utilizados e assim distribuídos:		
Plano de Comunicações do Estado:		
Comissão Estadual de Comunicações .....	94.831.350	
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações .....	3.341.927.437	
Plano de Eletrificação do Estado:		
Companhia Estadual de Energia Elétrica.....	<u>32.742.973.770</u>	<u>36.179.732.557</u>
Menos:		
b) Saldo dos recursos a utilizar do exercício de 1964:		
Plano de Comunicações do Estado	1.291.207.961	
Plano de Eletrificação do Estado .	<u>12.182.473.770</u>	13.473.681.731
c) Recursos realizados no exercício de 1965:		
Vinculados ao Plano de Comunicações do Estado .....	2.145.380.706	
Vinculados ao Plano de Eletrificação do Estado .....	<u>19.308.426.351</u>	<u>21.453.807.057</u>
		34.927.488.788
Parcela a realizar vinculada:		
Ao Plano de Comunicações do Estado	170.120	
Ao Plano de Eletrificação do Estado .	<u>1.252.073.649</u>	<u>1.252.243.769</u>
		<u>36.179.732.557</u>
XII - Quota-parte do imposto único sobre energia elétrica		
Recursos proporcionados pela quota-parte do imposto único sobre energia elétrica		

a) Créditos abertos:		
Suplementares		
Em 1965 .....		1.873.851.745
Menos:		
b) Produto recebido até 31/12/65.....		<u>1.253.851.745</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>620.000.000</u>

XIII - Taxa de Transportes

Recursos proporcionados pela taxa de transportes, instituída pela Lei 2.737, de 26/11/55

a) Saldo dos recursos a utilizar do exercício de 1964:		
Vinculados às Prefeituras.....	1.112.134.507	
Vinculados aos seguintes órgãos:		
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem .....	160.991.936	
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais .....	52.997.252	
Comissão Estadual de Silos e Armazéns.....	39.747.984	
Departamento Aeroviário do Estado .....	<u>116.988.366</u>	1.482.860.045
b) Recursos realizados no exercício de 1965:		
Vinculados às Prefeituras.....	9.725.320.834	
Vinculados aos seguintes órgãos:		
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem .....	8.752.788.751	
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais .....	2.917.596.250	
Comissão Estadual de Silos e Armazéns.....	2.188.197.188	
Departamento Aeroviário do Estado .....	<u>729.399.063</u>	<u>24.313.302.086</u>
Menos:		25.796.162.131
c) Recursos utilizados e assim distribuídos:		
Prefeituras .....	11.060.534.304	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem .....	9.248.977.064	
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais .....	3.169.517.252	
Comissão Estadual de Silos e Armazéns.....	2.238.390.000	
Departamento Aeroviário do Estado .....	<u>812.663.930</u>	<u>26.530.082.550</u>
Parcela a realizar vinculada:		
Às Prefeituras .....	223.078.963	
Ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem.....	335.196.377	
Ao Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais.....	198.923.750	
À Comissão Estadual de Silos e Armazéns .....	<u>10.444.828</u>	
	767.643.918	



**Menos:**

Saldo dos recursos a utilizar

Departamento Aeroviário do Estado 33.723.499 733.920.419

Por sua vez, as parcelas que compõem o passivo financeiro potencial somam Cr\$ 15.994.116.512 e assim se especificam:

I - Empréstimo Governo Federal (Lei Federal 3.337, de .. 12/12/57, e Lei Estadual 3.601, de 1/12/58)		
a) Produto recebido até 31/12/65.....		<u>6.904.000.000</u>
Saldo dos recursos a utilizar .....		<u>6.904.000.000</u>
II - Empréstimo Unificação e Consolidação de Dívidas con- tratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Lei 4.387, de 6/12/62)		
a) Produto recebido até 31/12/65.....		<u>745.503.717</u>
Saldo dos recursos a utilizar.....		<u>745.503.717</u>
III - Empréstimo Saneamento contratado com a Caixa Econô- mica Federal do Rio Grande do Sul (Lei 3.601, de 1/12/58)		
a) Crédito aberto:		
Dec. 13.337, de 22/3/62.....		300.000.000
b) Saldo de crédito extinto:		
Em 1963 (Dec. 13.337, de 22/3/62).....		<u>2.837.781</u>
		297.162.219
Saldo dos recursos a utilizar .....		<u>2.837.781</u>
Produto recebido até 31/12/65.....		<u>300.000.000</u>
IV - Empréstimo de 800 milhões de cruzeiros contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Lei 4.873, de 22/12/64)		
a) Créditos abertos:		
Em 1965 (v. pág. 127 do Balanço de 1965) .....		800.000.000
Menos:		
b) Saldos de créditos extintos:		
Em 1965 (v. pág. 127 do Balanço de 1965) .....		<u>77.726.564</u>
		722.273.436
Saldo dos recursos a utilizar .....		<u>70.726.564</u>
Produto recebido até 31/12/65.....		<u>793.000.000</u>
V - Empréstimo Lei 4.931, de 13/2/65, contratado com a Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul		
a) Crédito aberto:		
Dec. 17.278, de 22/4/65.....		130.300.000
Menos:		
b) Saldo de crédito extinto:		
Em 1965 (Dec. 17.278, de 22/4/65) .....		<u>54.335.438</u>
		75.964.562

Saldo dos recursos a utilizar .....		28.275.438
Produto recebido até 31/12/65.....		<u>104.240.000</u>
<b>VI - Empréstimo Lei Federal 4.770, de 15/9/65 - Governo Federal</b>		
a) Produto recebido até 31/12/65.....		<u>4.471.001.600</u>
Saldo dos recursos a utilizar .....		<u>4.471.001.600</u>
<b>VII - Renda do Departamento da Loteria do Estado</b>		
Recursos proporcionados pelo Departamento da Loteria do Estado, nos termos da Lei 4.631, de 9/12/63, alterada pela Lei 4.760, de 17/7/64		
a) Recursos realizados no exercício de 1965:		
Vinculados ao artigo 3º da Lei ...		
4.631/63 .....	109.150.000	
Vinculados ao artigo 9º da Lei ...		
4.760/64 .....	<u>547.571.494</u>	656.721.494
Menos:		
b) Recursos utilizados, vinculados ao artigo 9º da Lei 4.760, de 17/7/64:		
Despesa realizada à conta do orçamento:		
Código 3.03 (Plano de Subvenções e Auxílios).....	35.439.000	
Código 8.09 (Plano de Subvenções e Auxílios).....	16.000.000	
Crédito especial aberto:		
Dec. 17.438, de 13/8/65 .....	<u>204.560.748</u>	<u>255.999.748</u>
Saldo dos recursos a utilizar:		
Vinculados ao artigo 3º da Lei .....		
4.631/63 .....	109.150.000	
Vinculados ao artigo 9º da Lei .....		
4.760/64 .....	<u>291.571.746</u>	<u>400.721.746</u>

Para apurarem-se as deficiências financeiras, são conjugados os componentes reais e potenciais do ativo e passivo financeiros, como segue:

#### Ativo Financeiro

##### I - Real

a) Disponível .....	12.368.012.645	
b) Realizável .....	<u>5.430.358.277</u>	17.798.370.922

##### II - Potencial

#### Empréstimos vinculados a créditos especiais abertos:

##### Empréstimo em apólices II Plano de O bras do Estado (Lei 3.601, de 1/12/58):

1ª série - Dec. 10.716, de 27/8/59 .	130.414.932
4ª série - Dec. 12.485, de 30/6/61 .	2.746.211.336
6ª série - Dec. 13.368, de 6/4/62 ..	2.144.153.677
8ª série - Dec. 14.468, de 10/12/62.	1.937.903.572

Empréstimo em apólices Programa Preliminar de Investimentos (Lei ... 4.387, de 6/12/62):		
1ª série - Dec. 15.043, de 29/3/63	35.985.842	
2ª série - Dec. 15.637, de 26/9/63	4.999.827.992	
3ª série - Dec. 16.211, de 28/12/63	1.905.617.460	
Empréstimo em apólices Consolidação de Dívidas Flutuantes (Lei 4.426, de 21/12/62, e Dec. 15.630, de 25/9/63)	1.293.998.000	
Empréstimo em apólices Lei 5.127/65	10.000.000.000	
Empréstimo em apólices Lei 5.162/65	10.000.000.000	
Parcela a realizar da taxa de eletrificação e comunicações .....	1.252.243.769	
Parcela a realizar da quota-parte do imposto único sobre energia elétrica..	620.000.000	
Parcela a realizar da taxa de transportes .....	<u>733.920.419</u>	<u>37.800.276.999</u>
		<u>55.598.647.921</u>

Passivo Financeiro

I - Real

a) Restos a Pagar.....	53.196.848.850	
b) Serviço da Dívida a Pagar .....	5.177.759.840	
c) Depósitos.....	4.535.732.129	
d) Débitos de Tesouraria .....	11.941.801.984	
e) Diversos .....	<u>16.738.654.942</u>	91.590.795.745

II - Potencial

Créditos especiais transferidos para ... 1966 .....	3.326.492.854	
Empréstimo com o Governo Federal (Lei Federal 3.337, de 12/12/57, e Lei Estadual 3.601, de 1/12/58).....	6.904.000.000	
Empréstimo Unificação e Consolidação de Dívidas com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Lei 4.387, de 6/12/62) .....	745.503.717	
Saldo a aplicar do Empréstimo Saneamento com a Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul (Lei 3.601, de 1/12/58) .....	2.837.781	
Saldo do Empréstimo de 800 milhões de cruzeiros com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Lei 4.873, de 22/12/64) .....	70.726.564	
Saldo a utilizar do Empréstimo Lei .... 4.931, de 13/2/65, com a Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul ....	28.275.438	
Empréstimo Lei Federal 4.770, de 15/9/65 - Governo Federal.....	4.471.001.600	
Saldo a aplicar da renda do Departamento da Loteria do Estado .....	<u>400.721.746</u>	<u>15.949.559.700</u>
		<u>107.540.355.445</u>

Resumo

Passivo Financeiro .....	107.540.355.445	
Ativo Financeiro.....	<u>55.598.647.921</u>	
Descoberto financeiro em 31/12/65 .....		<u>51.941.707.524</u>

A apuração das insuficiências financeiras foi demonstrada analiticamente, com o objetivo de evidenciar a origem e as alterações de cada parcela que integra o ativo e o passivo financeiro potencial.

Este descoberto pode ser apurado também de forma sintética, partindo das insuficiências existentes ao termo do exercício anterior, como se demonstra:

I - Descoberto acumulado em 1964 ..... 22.094.116.512

Mais:

a) Créditos especiais abertos em 1965 com recursos de exercícios anteriores .....	232.905.195	
b) Créditos suplementares abertos em 1965 com recursos de exercícios anteriores e não computados como elemento potencial .....	18.286.833	
c) Cancelamento de créditos .....	<u>30.592.248</u>	<u>281.784.276</u>
		22.375.900.788

Menos:

d) Parcelas de receitas afetadas, não utilizadas no exercício de 1965 e que constituíam elemento potencial em 1964 .....	200.740.123	
e) Créditos especiais extintos com recursos de exercícios anteriores.....	275.382.428	
f) Créditos especiais extintos com recursos de operações de crédito, não computadas como elemento potencial .....	14.208.370	
g) Créditos especiais com recursos de exercícios anteriores, cancelados por redução.....	153.252.776	
h) Cancelamento de dívidas .....	51	
i) Eliminação das frações de cruzeiro dos elementos potenciais de exercícios anteriores, nos termos da Lei Federal 4.511/64 .....	<u>13</u>	<u>643.583.761</u>
Descoberto de 1964, retificado.....		21.732.317.027

II - Deficit de recursos ordinários

a) Deficit da gestão de recursos ordinários.....	31.250.434.483	
b) Créditos especiais com recursos de 1965, transferidos para 1966 .....	<u>1.164.398.456</u>	<u>32.414.832.939</u>
		54.147.149.966

III - Parcela de receitas legalmente afetadas a realizar .....	<u>2.606.164.188</u>
	51.540.985.778
IV - Parcela de receitas legalmente afetadas não utilizada ...	<u>400.721.746</u>
Descoberto financeiro em 31/12/65 .....	<u><u>51.941.707.524</u></u>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos a presente exposição, cumpre-nos ressaltar que as análises procedidas e os comentários apresentados longe estão de esgotar os múltiplos aspectos relacionados com a gestão econômico-financeira pertinente ao exercício de 1965.

Cabe-nos ponderar, outrossim, que o chamado Balanço Geral do Estado, embora condense a maior parte da atividade do setor público estadual, refere-se somente à dita Administração Centralizada.


O Balanço Consolidado da Fazenda Pública Estadual, de que trata o artigo 79 da Lei nº 4.478, de 9 de janeiro de 1963, é que refletirá a atividade econômico-financeira da totalidade do setor público estadual.

Para a elaboração de tal documento, todavia, carece esta Contadoria Geral de dispor dos balanços das autarquias em tempo hábil, o que, como nos anos anteriores, não se verificou.

Seja-nos permitido, Senhor Secretário, registrar a excepcional dedicação e capacidade dos servidores da Contadoria Geral do Estado. Graças à abnegação desses servidores é que foi possível superar a exigüidade numérica do quadro de pessoal e a insuficiência de equipamento especializado.

Desejamos expressar, também, nosso reconhecimento ao Professor Miguel Meirelles, ilustre antecessor de Vossa Excelência, pelo estímulo e atenção que dispensou a este Órgão.

A Vossa Excelência asseguramos a leal e decidida colaboração da Contadoria Geral para o bom êxito de sua gestão.

  
Waldyr Comerlato  
Contador Geral do Estado